

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Encontro autárquico da Distrital de Leiria

A presidente deixa considerações sobre o Ensino e afirma bloqueio da Comunicação à difusão das ideias do PSD



Destaques:

● **Presidente em reunião em Leiria, com autarcas locais, desmascara táticas de silenciamento contra PSD**

Pag 2 e seguintes

● **Na 2ª Universidade da Europa, Ferreira Leite denuncia prepotência da tutela da Agricultura**
Em "Actividades da Presidência"

● **«Mais um exercício de pura desonestidade política e arrogância intelectual da Ministra da Educação», acusa Emídio Guerreiro**

Em Actividades do PSD

Encontro autárquico da Distrital de Leiria



A presidente deixa considerações sobre o Ensino e afirma bloqueio da Comunicação à difusão das ideias do PSD

No fim da semana, realizou-se em Leiria o encontro Autárquico Distrital, com a presença da Presidente do PSD. Na sessão de abertura do Encontro presidente da Câmara de Leiria disse temer “um abaixamento do nível de exigência na escolha dos candidatos”, situação que pode sair cara ao partido.

“Mas confio que o PSD não se desviará do caminho justo e correcto e não admitirá atropelos aos seus estatutos nem faltas de respeito pelos seus órgãos legitimamente eleitos”, declarou Isabel Damasceno.

A autarca defendeu ainda - “em vésperas de deixar o lugar a outros” (Isabel Damasceno, por ter cumprido tres mandatos, não pode ser candidata) - que para ganhar as eleições autárquicas o PSD tem de escolher os “melhores”.

“E os melhores não são, necessariamente, os mais ‘amigos’, os fiéis entre os fiéis, os que se colocam ‘em bicos de pés’, os que movimentam maiores séquitos, os que falam mais alto...”, referiu a presidente do município de Leiria.

No Encontro Autárquico 2008, iniciativa da Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, foram apresentados os principais projectos autárquicos foram inscritos nos Planos Estratégicos das Regiões Oeste, Pinhal Litoral e Pinhal Interior Norte, susceptíveis de financiamento por parte do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A reunião debateu ainda o papel do Poder Local perante as novas competências para os municípios e freguesias.

Maias tarde, falando à Informação, Manuela Ferreira Leite,

pediu a suspensão do modelo de avaliação dos professores, considerando que este “já provou, na prática que não funciona”.

“Era necessário haver algum bom-senso no sentido de efectivamente suspender este sistema para dar tempo a preparar um outro modelo de avaliação”, disse Manuela Ferreira Leite após reunir com um grupo de professores do Movimento em Defesa da Escola Pública, à margem do Encontro Autárquico 2008.

A presidente da Comissão Política Nacional do PSD reiterou ser “absolutamente defensora de um sistema de avaliação”, mas lembrou que, “se este não funciona, deve haver outro”.

Questionada sobre as declarações da ministra da Educação que hoje

reafirmou não pretender cancelar este modelo de avaliação de professores, a dirigente social-democrata referiu: “Se a senhora ministra diz isso, significa que tomou a opção de paralisar a escola pública e que tomou a opção de prejudicar o futuro dos alunos, do seu currículo escolar e das famílias”.

Manuela Ferreira Leite recusou, por outro lado, a ideia de haver instrumentalização nas manifestações de professores, esclarecendo, ainda, não concordar que haja manifestações de alunos “do estilo que tem havido”.

A presidente do PSD acusou também o primeiro-ministro de estar “a perder o controlo do Governo” nas questões relacionadas com a Educação.

Já no discurso de abertura do Encontro Autárquico 2008, que reúne três centenas de autarcas do distrito de Leiria, Manuela Ferreira Leite sublinhou que em matéria de Educação se está a assistir a uma “luta gravíssima pelas suas consequências”, apontando também a demissão recente de dois reitores de universidades.

“Algo não vai bem”, frisou a presidente do PSD, que alertou: “Isso significa que está a alastrar a todo o sector”.

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, admitiu ainda que o PSD está a ter alguma dificuldade em passar a sua mensagem através dos meios de comunicação social, admitindo que esta é uma questão “a tomar em consideração”.

“Esta denúncia que nós, como oposição, temos obrigação de fazer não é possível ser feita só com uma

voz. Mesmo que a sala esteja cheia, não se transmite a nossa ideia só por se estar a falar para uma sala cheia” afirmou no colóquio “Portugal em crise! Que alternativa?”, quando interpelada por um dos presentes sobre o que deve o PSD fazer para que os media vejam o partido de outra forma.

Citando o exemplo recente de uma acção do partido, a dirigente do PSD recordou que, nesse dia, essa foi a décima quarta notícia e teve quatro segundos na televisão.

“No momento da décima quarta notícia ninguém vê já a notícia. A décima quarta notícia não se vê em Telejornal e ainda por cima foi transmitida no momento exacto em que começou o jogo do Sporting”, criticou.

Manuela Ferreira Leite sublinhou que “isto foi feito ao maior partido da oposição”, acrescentando: “Com media assim é muito difícil transmitir-se a mensagem”.

Para a dirigente, “a grande responsabilidade da comunicação social” passa por “transmitir as diferentes ideias a todo o país; e as pessoas que julguem”.

“Não pode ser a comunicação social a seleccionar aquilo que transmite”, ou seja, a exercer, de facto, uma acção de censura prévia!

No colóquio em que o assunto dominante foi a situação económica do país, a presidente da Comissão Política Nacional do PSD lembrou que “há-de vir o momento” de apresentação das propostas do seu partido, rejeitando torná-las públicas já “porque até às eleições eram todas adoptadas por este Governo socialista, como, aliás, o tem





vindo a fazer sem ter a honestidade de dizer que são propostas originalmente feitas pelo PSD!”.

“Nós falámos das questões sociais, apareceram as questões sociais, nós falámos do IVA, apareceu o IVA, nós falámos das dívidas, apareceram as dívidas”, recordou Manuela Ferreira Leite, acusando o PS de “aproveitar” as ideias do PSD. – **Fonte: Lusa**

Na reunião com os Autarcas Manuela Ferreira Leite apela para concentração nos problemas sociais das populações

Na reunião com os autarcas, a Presidente da Comissão Política Nacional do PSD apelou aos autarcas PSD de Leiria, eleitos e futuros candidatos, para acompanharem de perto os problemas sociais que as populações enfrentam. Durante a sessão de abertura do “Encontro Autárquico 2008: Ganhar o Distrito de Leiria por um Poder Local Moderno e Competitivo”, que se realizou este sábado, dia 15 de Novembro, em Leiria, Manuela Ferreira Leite sensibilizou os cerca de 300 autarcas presentes para a “crise de confiança” que está a abalar o País.

“O problema grave é que essa crise de confiança está a atingir-nos de uma forma séria”, garantiu a Presidente do PSD, enumerando problemas como a o aumento da pobreza, do desemprego, do endividamento e a instabilidade no sistema de ensino público como exemplo das “políticas erradas” em que o Governo tem vindo a insistir desde 2005.

“Não somos de discursos, somos

mais de acção”, desafiou Manuel Ferreira Leite, recordando a todos os autarcas presentes o seu papel determinante na sociedade, pela proximidade e conhecimento que estes têm junto das populações que representam.

Uma reflexão também partilhada pelo Presidente da Comissão Política Distrital, Fernando Marques. “Todos os dias recebemos nas Câmaras e nas Juntas de Freguesia o testemunho de pessoas desesperadas implorando por trabalho, enquanto vemos os índices de pobreza a aumentar de dia para dia”, disse, acrescentando que “o investimento público no Distrito tem baixado para níveis críticos nunca vistos anteriormente”.

Segundo Fernando Marques, esta situação é evidente no orçamento de Estado de 2009 onde o Distrito — 6º do País em termos populacionais — foi relegado para último lugar no ranking nacional pelo Governo: “continuamos a assistir a uma discriminação negativa do Distrito de Leiria e a um empobrecimento das suas gentes”.

O papel determinante dos autarcas social-democratas na região foi igualmente defendido pela Presidente do Município de Leiria, Isabel Damasceno, que recordou o peso histórico do partido no Distrito e a importância de vencer os três períodos eleitorais de 2009.

“O nosso Poder Local mergulha as suas raízes fundo na nossa História; a nossa tradição de autarcas entronca, em linha recta, nos ‘homens bons’ que o povo escolhia como seus representantes”, salientou Isabel Damasceno, apelando para que em 2009 os autarcas do Distrito escolhidos como candidatos possam seguir “um caminho que, à imagem da líder

(Manuel Ferreira Leite) é feito com seriedade, frontalidade, verdade — mesmo que incómoda —, civilidade, recusa do espectáculo e, acima de tudo, toda a determinação!”.

Foi também sob a senda da determinação que representantes das três Associações de Municípios em que o Distrito se encontra dividido partilharam os projectos estruturantes previstos para os concelhos do Pinhal Interior Norte (apresentados pelo Presidente do Município de Pedrógão, João Marques), Pinhal Litoral (apresentados pelo Presidente do Município da Batalha, António Lucas) e Oeste (apresentados pelo Presidente do Município de Caldas da Rainha, Fernando Costa).

Apesar das diferenças evidentes em cada uma das regiões — com a zona do Pinhal Interior Norte a reclamar infra-estruturas que, na opinião de João Marques, “ainda são básicas”, de que são exemplo as redes de saneamento e acessibilidades, e as regiões do Litoral a apostarem já em projectos de inovação e competitividade territorial — houve preocupações em comum por parte das intervenções dos três presidentes de câmara.

A primeira foi o receio de que os municípios não estejam a aproveitar as verbas previstas no III QCA pelo facto de não poderem assegurar o financiamento que não é elegível a comparticipação. Os autarcas revelaram ainda apreensão relativamente aos montantes de investimento anunciados pelo Governo, nomeadamente na parte do investimento privado, que num clima de recessão económica poderão não estar salvaguardados, e ainda no que toca às medidas compensatórias acordadas para a região Oeste na

sequência da mudança do futuro Aeroporto Internacional da Ota para Alcochete. “Haverá dinheiro para tudo?”, questionou Fernando Costa, defendendo que os vários projectos previstos são fundamentais para garantir a competitividade de toda a região.

No final destas intervenções, António Paiva, Administrador Executivo da Unidade de Gestão do POC (Plano Operacional do Centro), pediu a todos os autarcas para estabelecerem “verdadeiras parcerias” a nível local de modo a beneficiarem ao máximo dos programas previstos.

As conclusões do encontro estiveram a cargo de Fernando Marques, que assumiu como compromisso do PSD de Leiria para 2009, entre outros objectivos, a criação de um Observatório do Desenvolvimento do Distrito de Leira (Região Centro), em articulação com a monitorização da aplicação dos fundos do QREN.

CONCLUSÕES DO ENCONTRO

1. OE 2009: O DESINVESTIMENTO SOCIALISTA NO DISTRITO DE LEIRIA

a) O investimento previsto para 2009 é menos de cerca de 50% que em 2005;

b) Em termos médios, nos últimos quatro anos, o Governo socialista tem reduzido, anualmente, 16% ao investimento previsto no Distrito de Leiria;

c) Em quatro anos, o desinvestimento do Governo socialista no Distrito de Leiria **eleva-se em mais de setenta e cinco milhões de euros.**

Outros dados:

· ⁽¹⁾ O investimento per capita no Distrito do Leiria cai de 262€, em 2005, para 97€, em 2009, **colocando Leiria no último lugar do ranking nacional!**

· Nos PIDDAC de 2008 e 2009 há três municípios do Distrito de Leiria com uma previsão de investimento do Estado de 0 € (?) – Batalha, Ansião e Figueiró dos Vinhos (2008); Batalha e Ansião (2009), todos de gestão social-democrata e alguns deles com especificidades que implicariam uma discriminação positiva por parte do Governo).

2. O IMPACTO NAS POPULAÇÕES DESTE DESINVESTIMENTO SOCIALISTA (ALGUNS EXEMPLOS)

a) Na área do emprego:

· O número de desempregados no distrito de Leiria aumentou no final de Setembro de 2008 **mais de 14%**, em



relação a igual período o ano passado. Os números são do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

- De acordo com os dados disponíveis, encontravam-se inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) até ao final do mês de Setembro 14.410 trabalhadores, **mais 1.821 que no mesmo período de 2007.**

- Em apenas um ano, por exemplo, só nos concelhos de Leiria e Caldas da Rainha **registam-se mais 605 desempregados.**

- Acresce a estes valores **um número significativo de trabalhadores omitidos das estatísticas do desemprego**, por via do recurso a programas ocupacionais temporários.

b) Desinvestimento na área da Segurança e da Justiça:

- Essa atitude levou a um crescimento brutal dos níveis de percepção de insegurança e a uma ausência de resposta às novas formas de criminalidade. Nesta área, são bem evidentes a ausência de investimentos quer na modernização das instalações das forças de segurança (PSP e GNR), quer na aquisição de equipamento moderno e capaz de responder, de forma eficaz, à nova criminalidade (carjacking, assaltos violentos a estabelecimentos comerciais, a Multibancos, etc.).

c) Desinvestimento no sector da Saúde:

- O Governo do Partido Socialista definiu em 2005 um vasto conjunto de prioridades para os cuidados de saúde primários, bem como prometeu a construção/remodelação de vários centros de saúde na região.

- A verdade é que, volvidos mais de três anos, **é já bem evidente que o PS não honrará a maior parte dos compromissos que assumiu e pode já concluir-se pelo rotundo fracasso na execução desta política**, que impediu efectivamente o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários.

- De facto, o actual Governo centrou exclusivamente a sua atenção e propaganda na implementação de Unidades de Saúde Familiar, abandonando as demais medidas prioritárias anunciadas em 2005, o que conduziu a um chocante incumprimento do programa e à degradação dos cuidados de saúde das populações.

- Ainda, o Governo apresentou como novidade a criação dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) que não ficaram dotados da exigível autonomia gestora, e, pior, determinou que a selecção dos futuros dirigentes dos ACES cabe, em primeira linha, ao Governo. Na verdade, esta solução não resolve quaisquer problemas, pelo contrário, diminui de forma dramática a autonomia dos actuais centros de saúde. De facto, **o que está em preparação é um processo de nomeação em grande escala de**



largas centenas de boys do Partido Socialista, poucos meses antes das próximas eleições.

- No Orçamento do Estado para 2009, a generalidade dos compromissos ao nível do investimento em equipamentos na área da Saúde e a que o Governo se tinha vinculado não são contemplados. Mesmo nos concelhos de maioria socialista **o que podemos concluir é uma vergonhosa política com inscrições em PIDDAC de verbas simbólicas.**

- Recordamos, ainda, **o encerramento sem critérios plausíveis e conhecidos, de serviços de urgência e de serviços de atendimento permanente (SAP)**, sem o necessário equilíbrio de serviço de saúde.

d) Propaganda nas Concessões Privadas da Rede Viária:

- Paradigmático deste Governo é os sucessivos anúncios e realização de múltiplas sessões de propaganda a pretexto das novas concessões rodoviárias. O lançamento do **Concessão do Litoral Oeste**, que contempla a construção do IC2, do IC9, do IC36, da Variante de Alcobaça e da Variante da Nazaré, nos Distritos de Leiria e Santarém, bem como o

lançamento da **Concessão do Pinhal Interior**, no seu conjunto, motivaram **mais de três dezenas de sessões públicas com vultosos meios de propaganda.**

- São projectos prioritários para a região que no modelo apresentado significam na sua esmagadora maioria um investimento exclusivamente privado ou de fundos da União Europeia. Mais uma vez o Governo procura capitalizar apoio popular à custa do dinheiro dos outros.

- Promessa eleitoral socialista de concretizar estes investimentos até ao final do mandato parece cada vez mais uma miragem, tendo em conta a actual situação de crise económica do País. Estas relevantes obras para o desenvolvimento do distrito de Leiria, **sem uma profunda revisão da política governativa**, correm o sério risco de serem adiadas.

- Acresce que mesmo cumpridas parcialmente, **é essencial reconsiderar no modelo de concessão a possibilidade de maior envolvimento das PME's e proceder à revisão do sistema de portagens nas futuras SCUTs**, com particular enfoque na criação de portagens no IC2 (variante da Batalha) e no IC36 (variante externa

à cidade de Leiria).

3. CONSEQUÊNCIAS MAIS CHOCANTES DO DESINVESTIMENTO DO GOVERNO SOCIALISTA

- O distrito de Leiria conhece a maior taxa de desemprego dos últimos anos.

- Somos a Região do País que apresenta a maior variação positiva do número de falências de empresas;

- Leiria deixou de ser o "pulmão" empresarial da região centro do País;

- **Agravamento das assimetrias regionais**, em resultado da ausência de verdadeiras políticas de descriminação positiva dos municípios com problemas de isolamento e falta de infra-estruturas;

- **A Região do Pinhal Interior Norte (Centro) é a segunda mais pobre do País com 59% do PIB** (o Continente possui 28 NUT3, oito no Norte, doze na Região Centro, duas em Lisboa, cinco no Alentejo e uma no Algarve). Só para percebermos os desequilíbrios regionais, a Grande Lisboa tem um PIB de 167%, ou seja



três vezes superior ao Pinhal Interior Norte (Dados do INE, Contas Regionais-2005, publicadas em Janeiro de 2008).

RANKING DA POBREZA
(INE, Janeiro de 2008)

4. AUTARQUIAS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

· **O Governo Português atrasou negligentemente o processo de arranque do QREN.** Neste momento, e só cerca de 20 meses depois do início de vigência deste Quadro Estratégico, é que foram conhecidos a maioria dos Regulamentos dos diferentes Programas – quer nacionais, quer regionais.

· As candidaturas, cujos Regulamentos já são conhecidos, estão dotadas de verbas irrisórias, nada consentâneas com os valores globais de cada Eixo e Medida. Isto confirmou os receios que oportunamente os Autarcas denunciaram: **o Governo Socialista reservou para si próprio um grande quinhão do QREN, deixando as migalhas para os Municípios, que sempre souberam tirar melhor aproveitamento das participações comunitárias.**

· Neste momento, e apesar das sucessivas promessas do Governo, **também não estão aprovadas todos os contratos com as NUT's III (Contratualização)** o que atrasará significativamente os projectos regionais.

· **Este processo é tanto mais gravoso porquanto os projectos a candidatar têm de ter um grau de maturação** – isto é, tem de estar adjudicados – o que levará os municípios a terem de arriscar no início das obras que poderão – em última instância – não vir a beneficiar de participação comunitária.

· Mesmo neste cenário, uma vez mais, **os Municípios do distrito de Leiria mostraram que estão na linha da frente do desenvolvimento regional.** No tempo oportuno e mesmo tendo que lidar com todas as incongruências do Governo, organizaram planos estratégicos e concretizaram inúmeros projectos que se traduzem **em mais de 500 milhões de euros de investimento.**

· **Este investimento resulta do financiamento próprio das autarquias e de fundos comunitários.** O Governo neste particular tem-se limitado em anúncios e sessões de propaganda. De facto a realidade, mostra-nos que não fosse o empenho e esforço financeiro dos Municípios, uma boa parte dos fundos europeus disponíveis perder-se-iam com graves prejuízos para as populações.

5. AGENDA PARA 2009 DO PSD DE LEIRIA

1º Criação de um Observatório do Desenvolvimento do Distrito de Leira (Região Centro), em articulação com a monitorização da aplicação dos fundos do QREN.

2º Preconizamos a definição de estratégia sustentada e orientada para o incentivo à fixação de jovens e para a instalação de empresas nas regiões do interior, onde as políticas fiscais e sociais podem ter um papel relevante.

3º Apoio inequívoco às Medidas anunciadas pela Senhora Presidente do PSD, em sede de discussão do Orçamento do Estado para 2009, nomeadamente:

- a) Ao nível do emprego:
 - Descida em 1% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais;
 - Alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.
- b) Ao nível do apoio às PME's:
 - Alteração do regime de pagamento do IVA, passando a ser pago no momento do efectivo recebimento;
 - Pagamento atempado das dívidas do Estado às empresas;
 - Extinção do Pagamento Especial por Conta.

4º Contribuir para o aprofundamento do modelo de descentralização administrativa do País, através do reforço dos poderes e competências das autarquias locais.

5º **Ao nível eleitoral, ganhar todas as eleições de 2009.** – CPD/Leiria-PSD

A Segunda Universidade da Europa dos sociais-democratas juntou eurodeputados e jovens, na Curia, com Manuela Ferreira Leite

A líder do PSD, que esteve presente na Curia, no encerramento desta iniciativa, falando aos jornalistas afirmou que Portugal ainda não recebeu verbas do novo quadro de apoio comunitário devido ao “oportunismo e ineficácia” do Governo.

“Provavelmente por interesses partidários e, provavelmente, para concentrar mais perto das eleições a entrada de fundos comunitários, tem-se prejudicado o País de forma inaceitável”, frisou a dirigente social-democrata.

Na sua intervenção, Manuela Ferreira Leite afirmou que “ainda não entraram quaisquer contribuições a que temos direito neste novo quadro comunitário” de apoio.

“Podem alguns imaginar que a culpa é da burocracia de Bruxelas, quando se trata de oportunismo e ineficácia dos nossos responsáveis”, disse a dirigente social-democrata.

Ferreira Leite referia que a integração europeia fazia parte dos “interesses estratégicos de Portugal” quando acusou o Executivo de José Sócrates de estar a prestar o “piores serviços” à ideia de que a Europa significa “acesso a fundos comunitários e política agrícola”. “Nesse sentido, este Governo tem prestado o pior dos serviços à ideia da Europa”, frisou a presidente do PSD.

Na política agrícola e das pescas, a líder do maior partido da oposição considerou que a acção do Governo PS tem sido praticada por um dos ministros que “mais se esforça por exercer o poder à semelhança do

engenheiro José Sócrates, hostilizando tudo e todos”. “Humilhando os agricultores, sem diálogo, retaliando sobre as organizações que o criticam e governando essencialmente para os jornais”, afirmou.

“Depois de três anos de Governo ninguém consegue identificar uma única acção positiva do sector da agricultura ou das pescas”, referiu. Para a líder social-democrata, “tudo que o ministro da Agricultura fez até agora foi destruir e desmotivar o Ministério onde impera o caos e o medo”. “Foi desconsiderar os agricultores, tentando dividi-los e pôr o país contra eles, foi desaproveitar financiamentos e apoios comunitários e burocratizar o quadro legal que enquadra esta actividade (agricultura)”, acrescentou.

Traçando um quadro negro do sector, Manuela Ferreira Leite disse que “o PSD não aceita o tratamento que tem sido dado a muitos milhares de agricultores, que não conseguem rendimentos suficientes para pagar a Segurança Social, estando por isso sem nenhum apoio na velhice e na saúde”.

“São trabalhadores aos quais foi retirado o benefício da electricidade verde e que pagam hoje, quando a têm, a energia eléctrica mais cara da Europa, e a quem foi ilegalmente suprimido o benefício de dezenas de medidas agroambientais que viabilizam grande parte das suas explorações agrícolas”, sustentou a líder do PSD. Aos agricultores falta ainda, há quase três anos, “qualquer apoio público ao investimento produtivo, quer do sector agrícola quer do sector agro-industrial”, adiantou.

“Os agricultores são aqueles que assistiram ao atraso sem precedentes na entrada em vigor do programa específico de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural e que sofrem as



consequências indirectas da ofensiva destruidoras do ministro relativamente às organizações”, disse a antiga governante. LUSA

A “Lusa”, sempre pronta a ouvir o Governo ou o PS, quando há críticas da Oposição – especialmente do PSD – foi imediatamente colher declarações do Ministro da Agricultura, que voltou a a “cassete” governamental e que começa sempre por “... mas quando estive no Governo ...etc.”, sem referir que nos últimos 13 anos o PSD esteve no Governo três anos – a meio deste período – e que os primeiros anos foram aqueles em que os socialistas com as condições mais favoráveis das últimas décadas, enterraram Portugal no “Pântano” e fugiram, deixando para o PSD a tarefa de consertar os cacos da situação orçamental e muitos outros...

A Presidente recebeu a Direcção e o Secretário-Geral dos TSD, Arménio Santos

O secretário-geral da estrutura sindical “Trabalhadores Sociais-democratas, Arménio Santos, sustentou que o pagamento das dívidas do Estado anunciado pelo Governo, deixa de fora 98 por cento das pequenas e médias empresas.

O secretário-geral dos TSD afirmou também que esse pagamento vai beneficiar quase exclusivamente um único sector da economia, que não quis nomear.

“O senhor primeiro-ministro veio anunciar a disponibilidade de alguns milhões de euros para resolver as dívidas que o Estado tem às pequenas e médias empresas. Francamente, nós não acreditamos na bondade dessa resposta do Governo”, declarou Arménio Santos aos jornalistas, no final de uma reunião dos TSD com a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite.

Segundo Arménio Santos “provavelmente vai resolver o saneamento financeiro de algumas empresas de determinado sector de actividade, mas cerca de 98 por cento das pequenas e médias empresas ficam completamente à margem dos benefícios desse apoio”.

“O Governo, quando anuncia aquela proposta, sabe a que casos pretende dar resposta e sabe a que sectores... Não vou agora aqui enunciar, mas já veio a público e um dos sectores que vai ser contemplado com essa liquidação de dívida por parte do Estado sorve, só esse sector, cerca de 96 por cento dessas reservas”, acrescentou.

O social-democrata não quis esclarecer a que sector económico se referia, mas acentuou que “ficarão apenas quatro por cento desses recursos para os restantes sectores da economia”.

“É manifestamente insuficiente e sobretudo mostra que aquilo que foi anunciado pelo Governo não tem o impacto que se lhe quis atribuir”, considerou.

O ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos,

anunciou no dia 2 de Novembro, após um Conselho de Ministros Extraordinário, a aprovação de medidas para regularizar dívidas da administração central no valor de 1200 milhões de euros e das autarquias locais e regiões no valor de 1250 milhões de euros.

Propostas e ideias que respondam aos problemas de Portugal

O Secretário-geral dos TSD, revelou também que transmitiu a Manuela Ferreira Leite “que é necessário que o PSD se prepare com propostas, com ideias” que respondam aos problemas do país.

O Secretariado Nacional dos TSD, esteve reunido com a presidente do partido, em Lisboa.

“Quisemos transmitir à dra. Manuela Ferreira Leite as nossas preocupações, colocando-lhe essa ideia de que é necessário que o PSD se prepare com propostas, com ideias, em ordem a dar resposta aos problemas que mais afligem as empresas particularmente as pequenas e médias, as famílias e os trabalhadores”, afirmou Arménio Santos aos jornalistas, no final do encontro.

“Aquilo que nos foi transmitido é que o PSD tem equipas técnicas, tem gabinetes de estudos a funcionar para produzir exactamente propostas para, na altura própria, fundamentarem o programa eleitoral do PSD, centrado naturalmente na economia real”, adiantou o secretário-geral dos TSD.

Segundo Arménio Santos os TSD não avançaram com propostas durante a reunião: “Nós limitámo-nos de facto a fazer o diagnóstico, a fazer a constatação dos problemas”.

“Hoje as famílias estão mais endividadas, as pessoas têm salários mais baixos, o desemprego é mais elevado, pagamos mais impostos, Portugal está mais afastado da União Europeia, o crescimento económico é mais baixo – ou seja, são tudo indicadores que mostram que Portugal hoje está pior do que quando o Governo do PS iniciou funções”, resumiu, apontando ainda um aumento da pobreza nas classes médias, “situações de apoio social que seria impensável que pudessem acontecer há dois ou três anos”.

De acordo com Arménio Santos, “20 dos 30 membros do Secretariado Nacional dos TSD colocaram questões à presidente do PSD sobre temas como educação, emprego, o BPN” e Manuela Ferreira Leite “respondeu a todas as questões”.

Publicamente, a presidente do PSD ainda não falou sobre a nacionalização do BPN, decisão do Governo tomada no dia 2 deste mês e promulgada hoje pelo Presidente da República, Cavaco Silva. O problema foi abordado e está a ser abordado pelo Grupo Parlamentar e não há lugar, para já, a declarações da líder. Assim, após a reunião com os TSD, Manuela Ferreira Leite escusou-se a prestar declarações aos jornalistas. – Fonte: Lusa



Mais um exercício de pura desonestidade política e arrogância intelectual da Ministra da Educação

No dia 17, o Secretário-Geral Adjunto e Deputado Coordenador do PSD da Comissão Parlamentar de Educação, em conferência de Imprensa referiu uma parte da situação actual no problema das Escolas, afirmando:

Para travar a justa indignação que alastra pelas escolas, o Governo decidiu recuar e alterar, por Despacho, a Lei que pela mão da maioria socialista aprovou o Estatuto do Aluno.

Disse a senhora Ministra que o seu Despacho visa simplificar e interpretar o espírito da Lei, uma vez que as escolas estavam a aplicar mal alguns artigos do Estatuto.

Na sua declaração, a senhora Ministra procurou atirar a culpa para cima das escolas e dos seus agentes - os professores - que não sabem interpretar ou compreender a bondade de uma Lei que afinal estava errada.

Trata-se de mais um exercício de pura desonestidade política e arrogância intelectual.

As escolas mais não fizeram que adequar os seus regulamentos internos à Lei que o PS solitariamente aprovou.

E vale a pena recordar que o PS aprovou uma Lei que, em matéria de faltas, deliberadamente banuiu a distinção entre faltas justificadas e faltas injustificadas. O Estatuto diz expressamente "Sempre que um aluno, independentemente da natureza das faltas, atinja um número de faltas... deve realizar uma prova de recuperação".

O PSD sempre se opôs a esta opção legal errada.

Como foi público durante a discussão neste Parlamento, o PSD esteve contra o fim da distinção de faltas justificadas e injustificadas que o Governo e a maioria, do alto da sua arrogância quiseram impor. Mais, avisámos que tal opção iria ser foco de conflito dentro da escola, como infelizmente se tem vindo a verificar.

Vir hoje a senhora Ministra, dizer que a intenção da Lei era de que a prova de recuperação não se aplicasse aos alunos que faltam justificadamente, nomeadamente por doença, é desonesto e revela uma total falta de pudor.

O exemplo das faltas por doença foi por nós diversas vezes utilizado no debate parlamentar, tendo o PS sempre recusado alterar esse aspecto na Lei, teimando que o modelo tinha que ser igual para todos.



Agora, ao sentir-se encurralada e sem saída, a senhora Ministra em vez de assumir o erro procura responsabilizar as escolas e os professores pela aplicação de um regime que é da sua exclusiva responsabilidade.

Esta atitude demonstra uma **inqualificável falta de vergonha**: fizeram uma má Lei mas agora a culpa é de quem tem de a aplicar.

É com estas atitudes que cada vez mais se acentua o divórcio entre o Governo e a escola.

Na concepção da senhora Ministra o Governo não erra, as escolas é que são pouco inteligentes.

É o desnorte a tomar conta da 5 de Outubro.

O Governo que agora procura por despacho rejeitar o cumprimento da Lei, é o mesmo que se obstina num modelo de avaliação que não serve, com o argumento de que a Lei é para se cumprir.

O Estatuto do Aluno aprovado por esta maioria é mau.

Durante o debate deste diploma o PSD apresentou muitas propostas, todas recusadas, e distanciou-se das opções do Governo e do PS.

Se o Governo quer agora alterar o Estatuto do Aluno, é bem-vindo. Deve é fazê-lo como deve ser: por alteração

da Lei, na Assembleia da República, e não por um mero Despacho ministerial, feito ao Domingo com a pressão de ter de travar manifestações.

Exigia-se outra humildade e outro bom senso, para restituir a tranquilidade que é tão necessária ao bom funcionamento das nossas escolas. – **Fonte: Gab. Imp. PSD**

Grupo Parlamentar recebeu delegação de professores

O PSD recebeu no sábado, na Assembleia da República, uma delegação dos professores que se manifestaram em frente ao edifício, num protesto organizado por movimentos de docentes contra o modelo de avaliação.

A delegação de professores foi recebida às 16:30 pelo vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata José Eduardo Martins, que tem o pelouro da Educação, no Grupo.

Depois da manifestação de professores em Lisboa no sábado anterior, organizada pelos sindicatos, a Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino (APEDE) e o Movimento Mobilização e Unidade dos Professores (MUP) convocaram, para sábado passado, uma acção de protesto em frente à Assembleia da

República.

O motivo do protesto é novamente o modelo de avaliação dos professores, um processo que os sociais-democratas criticam.

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, defendeu no dia 7 deste mês a suspensão do actual modelo de avaliação dos professores e a aprovação de um novo modelo de avaliação externa e sem quotas administrativas.

Numa declaração na sede nacional do PSD, em Lisboa, Manuela Ferreira Leite defendeu também o fim da divisão da carreira docente em duas, a de professor e a de professor titular.

Manuela Ferreira Leite, que já foi Ministra da Educação, falou aos jornalistas depois de se reunir com professores militantes do PSD que são dirigentes sindicais, na véspera de mais uma manifestação de professores que se realizou em Lisboa contra o actual modelo de avaliação.

Governo entrou "numa grande desorientação" afirma Paulo Rangel

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou na terça-feira à noite, que o Governo entrou "numa grande desorientação" e, numa conjuntura económica desfavorável, os seus ministros seguem "desafinados".

"Num momento de crise financeira grave, que era preciso autoridade do Governo, nós encontramos ministros claramente desafinados - cada um a falar no seu tom - sem cumprirmos aquilo que era esperado deles e sem que o primeiro-ministro seja capaz de restabelecer um clima de confiança", afirmou o social-democrata.

"O Governo entrou numa grande desorientação e num grande desnorte", disse aos jornalistas, à margem da cerimónia de tomada de posse das Comissões Concelhias do PSD e da JSD de São João da Madeira, no Norte do Distrito de Aveiro.

Segundo o líder parlamentar do PSD, o Executivo socialista, após a discussão do orçamento, desaguou "numa crise de credibilidade".

Paulo Rangel apontou "falhas graves" à maioria dos ministros de José Sócrates, não esquecendo a titular da pasta da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, a quem acusou de exercer "uma política de plasticina".

"Todos os dias, a política da ministra é moldada de uma forma diferente, através de expedientes, como ainda aconteceu agora com este despacho a respeito do Estatuto do

Aluno”, explicou.

Questionado sobre se perante este quadro não seria o momento certo para o PSD apresentar uma moção de censura ao Governo, Paulo Rangel preferiu referir que o “chumbo” no Orçamento de Estado para 2009 foi “censura suficiente”.

“O nosso voto contra o Orçamento é o voto contra todo este desnorte que se instalou em vários ministérios e que foi claramente percepcionado de 15 de Outubro para cá”, acrescentou.

“Parece evidente” que é preciso outro ministro da Agricultura”- afirma Hugo Velosa

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa afirmou hoje que “parece evidente” que é preciso outro ministro da Agricultura porque Jaime Silva tem tido “uma postura de arrogância” e “de hostilização dos agricultores”.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, Hugo Velosa reiterou as críticas feitas pela presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, à política de agricultura e defendeu que “aquilo de que o país precisa é de outra política na agricultura”.

Questionado se “o país precisa também de outro ministro da Agricultura”, Hugo Velosa respondeu: “Nós achamos que isso parece evidente. O senhor ministro da Agricultura ao longo dos anos tem tido sempre no Parlamento uma postura de arrogância, de não compreensão do que se está a fazer no sector, burocratizou todo o sistema, hostilizou os agricultores”.

“Aquilo que eu digo e repito é que é preciso outra política e não acreditamos que seja este ministro a fazer essa outra política”, acrescentou o social-democrata, sem querer pedir

contestando a acusação feita por Jaime Silva de que a presidente do PSD falou “sem previamente ter estudado a lição”.

“O Governo não tem sido diligente na chegada de apoios à economia real”, acusou o social-democrata, perguntando “quais as verbas do QREN [Quadro de Referência Estratégico Nacional] efectivamente injectadas na economia?”

De acordo com Hugo Velosa, anteriormente o Governo “não aproveitou 73 milhões de euros, que se perderam”, e actualmente verifica-se “um atraso de mais de dois anos no PRODER [Programa de Desenvolvimento Rural]”.

Ainda segundo o deputado do PSD, “não houve praticamente investimentos directos, investimentos produtivos na agricultura” desde a posse do Governo e as verbas previstas no Orçamento do Estado para 2009 “são menos de metade em relação a 2005, em matéria de investimentos”.

“A única coisa que cresce no Orçamento do Estado para 2009 são as verbas para os gabinetes do senhor ministro e dos senhores secretários de Estado. Nós perguntamos porquê? E porquê todos estes atrasos?”, questionou.

Governo deve alterar o cenário macroeconómico em que assenta a proposta de Orçamento do Estado

O PSD defendeu no dia 14, que o Governo deve alterar o cenário macroeconómico em que assenta a proposta de Orçamento do Estado para 2009, face aos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Por outro lado, o PSD afirmou que as contas trimestrais a divulgar em Dezembro pelo INE indicarão uma “situação de pré-recessão” que será



ano relativamente aos três meses anteriores, escapando à recessão este ano.

“O Governo deve, face a estes dados, alterar o cenário macroeconómico que apresenta no Orçamento do Estado para um cenário realista”, reagiu o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa, em declarações aos jornalistas, no Parlamento.

“É essa a nossa preocupação, embora face aos precedentes tenhamos quase a certeza de que o Governo não o vai fazer, acrescentou.

De acordo com Hugo Velosa, os dados hoje divulgados pelo INE “demonstram, desde logo, que o cenário macroeconómico [do Governo] é completamente irrealista ou excessivamente optimista”

O deputado do PSD assinalou que “conforme resulta dos dados há um crescimento nulo” do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre deste ano não “cresce nem decresce”, e alegou que o crescimento de 0,8 por cento previsto pelo Governo para este ano “não é possível de atingir”.

Hugo Velosa ressaltou que os dados hoje divulgados pelo INE “são apenas as chamadas estimativas rápidas” e que “as contas trimestrais só vão ser publicadas na primeira semana de Dezembro”.

“Nas contas do trimestre pode haver um decréscimo e, se houver um decréscimo, entramos numa situação de pré-recessão, o que poderá ser confirmado no primeiro trimestre de 2009. Na nossa perspectiva tudo aponta para que isso vá acontecer”, acrescentou.

Pedro Duarte defende decisão do GR da Madeira

O deputado do PSD Pedro Duarte afirmou que, ao decidir transitoriamente atribuir “Bom” a todos os professores, a Região Autónoma da Madeira apenas repetiu o que o Governo já fez duas vezes no continente.

Em conferência de imprensa no Parlamento, Pedro Duarte acusou o PS de ter manifestado ignorância ou má-fé quando na quarta-feira desafiou a presidente do PSD, Manuela Ferreira

Leite, a demarcar-se da decisão da Madeira.

“Ou este ataque é feito por ignorância, e aí um pedido de desculpas do PS resolverá o problema, ou é feito com má-fé, com falta de seriedade política”, considerou Pedro Duarte, respondendo ao porta-voz do PS, Vitalino Canas.

De acordo com Pedro Duarte, “não é minimamente inovadora” a decisão da Região Autónoma da Madeira de, “no âmbito de um regime transitório, classificar de forma uniforme todos os docentes”.

“Limitou-se a repetir algo que foi feito no continente por este Governo socialista já por duas vezes”, acrescentou o deputado do PSD, que citou os decretos-lei 15/2007 e 104/2008.

O primeiro decreto-lei, que aprova o Estatuto da Carreira Docente, determina, no nº 4 do artigo 16º: “Para efeitos de acesso à categoria de professor titular, o tempo de serviço efectivamente prestado e não avaliado até 31 de Agosto de 2007 considera-se classificado com a menção qualitativa de Bom”.

“No decreto-lei nº 104/2008, que regula o concurso extraordinário de acesso à categoria de professor titular, que está neste momento a decorrer, é utilizada precisamente a mesma expressão”, salientou Pedro Duarte.

Segundo o social-democrata, a mesma decisão foi adoptada na Região Autónoma da Madeira, que “tem um Estatuto da Carreira Docente próprio”, enquanto está em curso um processo de revisão da legislação regional sobre a avaliação dos professores.

Pedro Duarte concluiu que, tendo em conta estes dados, as declarações de Vitalino Canas não passaram de uma “habilidade política do PS, que quer de uma forma obsessiva atacar a liderança do PSD”.

“Impõe-se ao Governo que encontre soluções para o país e não que tente manipular ou de alguma maneira atirar poeira para os olhos da opinião pública”, defendeu.

O deputado do PSD alegou que nas escolas “é reiteradamente pedida uma alteração da posição do Governo e uma mudança da teimosia socialista” quanto à avaliação e “o PS prefere fazer



directamente a demissão do ministro.

Na conferência de imprensa, Hugo Velosa sustentou que das críticas feitas por Manuela Ferreira Leite à política de agricultura do Governo “não há um ponto que seja questionável”,

confirmada no primeiro trimestre de 2009, considerando que “tudo aponta que isso vá acontecer”.

Segundo os dados hoje divulgados pelo INE, a economia portuguesa estagnou no terceiro trimestre deste

oposição à oposição”.

Pedro Duarte salientou que o PSD defende “intransigentemente” que os professores sejam avaliados, mas é a favor da suspensão deste modelo e de que se crie um novo modelo, de avaliação externa e sem quotas administrativas.

Ministra da Educação é “a principal parte do problema”, afirma Emídio Guerreiro

O PSD afirmou que a ministra da Educação é “a principal parte do problema” do sector e apelou a Maria de Lurdes Rodrigues para assumir as suas responsabilidades pelos “momentos difíceis e conturbados” que vive a escola pública.

Numa audição parlamentar sobre o Orçamento de Estado de 2009, o deputado do PSD Emídio Guerreiro acusou a ministra de “desviar-se das suas responsabilidades nesta matéria”, lamentando “a forma autoritária” como a governante “vai dizendo que não se passa nada nas escolas”.

“A senhora ministra já deixou de fazer parte da solução. É a principal parte do problema”, afirmou o deputado.

Emídio Guerreiro acusou ainda Maria de Lurdes Rodrigues de dizer algumas “inverdades” em relação ao processo de avaliação de desempenho dos professores.

O deputado afirma terem chegado ao grupo parlamentar do seu partido moções de professores a pedir a suspensão ou a suspender mesmo o processo de avaliação, pelo que, ironizou, “provavelmente alguém esconde informação” no gabinete da ministra.

“Podiam ter adoptado modelos de avaliação que funcionam e já foram testados em outros países. A distinção entre estes e o do seu Ministério é a burocracia e a complexidade”, acusou.

Durante a sua intervenção no parlamento Emídio Guerreiro lembrou as declarações do deputado socialista Manuel Alegre, que acusou o Ministério da Educação de “governar para as estatísticas”, defendendo que “não se pode reformar a Educação tapando os ouvidos aos protestos e às críticas”.

“Aquilo que disse ontem é o que vai na alma de muitos agentes educativos”, afirmou.

O deputado social-democrata lamentou ainda “profundamente” os acontecimentos registados terça-feira em Fafe, quando a viatura da ministra da Educação foi atingida por ovos atirados por alunos de uma escola secundária.

“Não é dessa forma que se contribui para resolver os problemas de que a Educação padece”, frisou

PSD acusa Governo de “desnorte total” no que respeita à avaliação dos professores

O PSD acusou o Governo de “desnorte total” no que respeita à avaliação dos professores e exigiu que o primeiro-ministro, José Sócrates, explique se o actual modelo se mantém como previsto ou não.

O secretário de Estado da Educação, Walter Lemos, tinha dito à agência Lusa que a avaliação de desempenho não terá efeitos no próximo concurso de professores, mesmo para os que já foram avaliados



no ano passado.

“Os sindicatos diziam que isso iria criar desigualdades entre os contratados que já tinham sido avaliados e os que ainda não tinham sido. Aí, o Governo cedeu porque entendeu que era justo e correcto o argumento de que todos deveriam estar em igualdade de circunstâncias”, justificou o secretário de Estado.

Numa reacção a estas declarações, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou que “isto é uma contradição que o senhor primeiro-ministro tem de explicar, é preciso um esclarecimento cabal”.

“Como pode dizer o primeiro-ministro que os partidos da oposição são oportunistas, que o Governo cumpre a palavra e vai manter a avaliação como está prevista, com efeitos em 2009, e a seguir a primeira coisa que acontece é o secretário de Estado vir dizer que afinal não tem efeitos? Que confiança se pode ter num Governo destes”, questionou Paulo Rangel.

“Isto é a total falta de credibilidade, o desnorte total do Governo”, acrescentou o líder parlamentar do PSD.

De acordo com Paulo Rangel, as declarações de Walter Lemos constituem “uma forma encapotada de tentar não assumir o fracasso total deste processo de avaliação”.

“Se não tem efeitos, para que

persistir com este modelo? Suspenda-se este modelo e comece-se de imediato a trabalhar num novo, um modelo de avaliação externa, simplificado”, defendeu, reiterando o pedido feito pela presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, na sexta-feira, véspera da manifestação de professores em Lisboa.

“O Governo tem de se decidir. Quer impor o actual modelo em toda a sua extensão ou suspendê-lo?”, concluiu o líder parlamentar do PSD.

os deputados não conseguiram em quatro horas: que a senhora ministra confessasse que não tinha conhecimento das dívidas do seu ministério”.

“É inédito que um ministro da Saúde de Portugal tenha vindo debater o Orçamento do Estado com os deputados na Assembleia da República e não conheça as contas do seu ministério. Isto nunca aconteceu”, assinalou.

Carlos Miranda anunciou que entregou hoje um requerimento para que a ministra Ana Jorge seja novamente ouvida em comissão parlamentar sobre as contas da saúde no âmbito do Orçamento do Estado para 2009.

PSD espera que Governo revogue o decreto-lei que amplia o terminal de contentores de Alcântara

O PSD disse hoje esperar que o Governo revogue o decreto-lei que amplia o terminal de contentores de Alcântara, concedendo a sua exploração à Liscont até 2042, e entregou um diploma para evitar a indemnização da empresa.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o deputado do PSD Luís Rodrigues acusou o Governo de estar a fugir à discussão pública sobre a ampliação do terminal de Alcântara.

“Até agora não foram a nenhum debate. Hoje, já que vão ter uma discussão interna no PS, era bom que o ministro [Mário Lino] dissesse que decidiram revogar o decreto-lei, a bem da transparência, da cidade de Lisboa, dos recursos económicos nacionais e do interesse público”, acrescentou.

O PSD anunciou no início de Outubro que iria pedir a revogação do decreto-lei nº 188/2008, que altera as bases da concessão da exploração do terminal de contentores Alcântara, alargando até 2042, sem concurso público, a exploração atribuída à empresa Liscont, do grupo Mota-Engil.

O PSD já entregou no Parlamento o projecto de resolução que formaliza o pedido de revogação do decreto-lei.

Além disso, foi também entregue pelo PSD “um projecto de lei que permite acabar com as chamadas indemnizações [à concessionária Liscont] em caso de revogação do decreto”, que o deputado Luís Rodrigues apelidou de “uma inovação legislativa”.

O social-democrata apelou aos deputados do PS para que “votem em consciência, em nome do interesse do país e da cidade” os projectos do PSD.

“Acredito que muitos estão ao nosso lado. Por exemplo, o deputado Manuel Alegre já está há muito tempo ao nosso lado”, considerou.

Segundo Luís Rodrigues, “os representantes do PS aqui na Assembleia da República com certeza que se votarem a favor da posição do Governo se vão sentir muito



incomodados”, assim como “o próprio ministro [das Obras Públicas] e o primeiro-ministro, estão com certeza muito incomodados”.

“Quem tem dado a cara é o presidente da Administração do Porto de Lisboa. São questões políticas que aqui estão em causa, questões às quais o Governo tem de responder”, defendeu, frisando que “ainda ninguém explicou quais são os pressupostos que levaram à tomada de decisão de não realizar concurso público”.

Texto do Projecto de Lei sobre o terminal de Alcântara

RETROACÇÃO DOS EFEITOS DA CESSAÇÃO DE VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI N.º 188/2008, DE 23 DE SETEMBRO, À DATA DA SUA ENTRADA EM VIGOR

Exposição de motivos

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata promoveu, recentemente, a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro com o fundamento de se afigurar desnecessário e inexplicável, o aumento da capacidade do terminal de contentores, através da prorrogação de contrato para além do limite previsto na lei e sem concurso público, e por isso suscitando legítimas dúvidas sobre a sua oportunidade e bondade, pondo mesmo em causa as mais elementares regras de boa gestão de recursos.

No âmbito dessa apreciação parlamentar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou um projecto de resolução visando a cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro.

Nos termos do disposto no artigo 169º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa, a resolução de cessação de vigência do decreto-lei não produz efeitos retroactivamente, porquanto o diploma só deixará de vigorar desde o dia em que a resolução for publicada no *Diário da República*.

Pretendendo-se que a cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 de Setembro, opere a partir da data da sua entrada em vigor, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata apresenta a presente iniciativa legislativa.

Sobre a admissibilidade desta possibilidade, os Professores Jorge Miranda e Rui Medeiros pronunciaram-se em sentido positivo nos seguintes termos:

“E poderá a Assembleia da República determinar a cessação de vigência do decreto-lei retroactivamente?

Obviamente, através da resolução de cessação de vigência, tal é de rejeitar *in limine*, à face do artigo 169º, n.º 4.



Mas já não será impossível que tal venha a acontecer por lei – por lei subsequente à resolução e dela autonomizada – desde que não estejam em causa domínios insusceptíveis de leis retroactivas (como as restrições de direitos, liberdades e garantias – *ex vi* artigo 18º, n.º 2 -, as sanções penais – *ex vi* artigo 29º, n.º 2 -, a competência dos tribunais – *ex vi* artigo 32º, n.º 9 – ou a criação de impostos – *ex vi* artigo 103º, n.º 3) ou que não fira o princípio da confiança incindível do Estado de Direito” – cfr. Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, Coimbra editora, p. 578-579.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo único

A cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 188/2008, de 23 Setembro, opera-se a partir da data da sua entrada em vigor. - **12 de Novembro de 2008, os Deputados do PSD**

Um pedido de esclarecimento sobre posto da GNR em Aveiras de Cima

Destinatário: Ministério da Administração Interna

O Governo, através de um grupo coordenado pelo Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, negociou com 16 autarquias do Oeste e Lezíria do Tejo, um conjunto de investimentos que constituem “O Programa de Acção para os Municípios do Oeste e Lezíria do Tejo”. Este Plano de Acção, que se destina a compensar os municípios envolvidos pela deslocalização do aeroporto internacional de Lisboa, da Ota para Alcochete, foi assinado pelo referido membro do Governo no dia 10 de Setembro de 2008 nas Caldas da Rainha.

Deste Plano de Acção faz parte a construção do Posto da Guarda Nacional Republicana em Aveiras de Cima, Concelho de Azambuja, com o

valor de 1.415.000,00 euros, totalmente suportado pela Administração Central (Ministério da Administração Interna).

O início deste projecto estava previsto para Setembro de 2008 e a sua conclusão para 2010, com as seguintes dotações e calendarização:

§ 15.000,00€ em 2008 –

Fase 1: Execução do projecto;

§ 750.000,00€ em 2009 –

Fase 2: Lançamento do concurso;

§ 750.000,00€ em 2010 –

Fase 3: Execução da obra.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, sobre o assunto mencionado em epígrafe, venho, através de V. Exa., solicitar resposta às seguintes perguntas:

1. O projecto já está a ser executado, conforme previsto na Fase 1? Quem o está a executar e qual o prazo de conclusão?

2. Se o projecto não está em execução qual a justificação apresentada pelo Governo?

3. Onde se encontra contemplada, no Orçamento de Estado para 2009 a verba de 750.000,00€?

4. Com a construção do posto da GNR de Aveiras de Cima será reforçado o dispositivo em termos de efectivos humanos e viaturas? – **Luís Rodrigues, Deputado**

Indefinições orçamentais no combate à violência contra mulheres

O deputado Mendes Bota questionou hoje o Ministro da Presidência, Silva Pereira, no debate na especialidade, sobre a impossibilidade de se descortinar no Orçamento do Estado para 2009 o montante global que o governo prevê gastar no combate à violência contra as mulheres.

Segundo o deputado, “a proposta de Orçamento não discrimina minimamente as verbas a despendem com este objectivo. O PIDDAC previsto para a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

(CIG) contempla a modesta verba de € 183.768,00, a distribuir em partes não especificadas pelo Plano Nacional para a Igualdade, Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica e Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos.”

Mendes Bota acrescentou: “o Governo remete para os 20 milhões de Euros previstos para o Eixo 7 (Igualdade de Género) do POPH (Programa Operacional Potencial Humano). Mas, se 1,7 milhões de Euros vão para os Planos para a Igualdade, se 8,5 milhões vão para as ONGs, se 2,4 milhões vão para a Formação e 7,5 milhões vão para o Empreendedorismo, Associativismo e Redes Empresariais, onde é que cabem as verbas do combate à violência contra as mulheres. E quanto representam, para que possamos fazer uma avaliação desse esforço?”

Para Mendes Bota, “já é altura de se começar a trilhar em Portugal um caminho que no estrangeiro é conhecido por -gender budgeting-, e que permite isolar em cada ministério as verbas alocadas ao combate à violência contra as mulheres. Estudos do Conselho da Europa, apontam para um esforço orçamental anual desejável de 1 Euro por habitante. Em Portugal nem sequer é possível aferir em que nível de investimento estamos nesta matéria. Não é possível saber quanto se gasta exactamente no Ministério da Administração Interna, ou na Saúde, ou na Justiça, no combate a este flagelo.”

O deputado estranhou a redução do orçamento de funcionamento da CIG, o qual baixou 7,6%, sob a alegação de contenção da despesa pública, como se a CIG fosse alguma repartição com excesso de burocracia.

Na resposta, Silva Pereira deu razão a Mendes Bota, e prometeu estudar a viabilidade de se progredir numa técnica orçamental que evidencie o esforço financeiro no combate à violência contra as mulheres. Jorge Lação, Secretário de Estado da Presidência acrescentou que, das 62 candidaturas apresentadas pelas ONGs, no âmbito do Eixo 7 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), 37 referem-se a projectos de combate à violência de género, mas não especificou qualquer montante.

Assim, a dúvida permanece: QUANTO VAI O GOVERNO GASTAR EM 2009 NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES? Não se sabe!

Para Mendes Bota, fazem falta mais casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, em Portugal. O Conselho da Europa estima que deveria existir um lugar de abrigo por cada 7.500 habitantes. Ou seja, Portugal deveria ter mais de 1.300 lugares, mas tem apenas 500, em 37 casas-abrigo.

– Mendes Bota, Deputado



2º UNIVERSIDADE EUROPA, uma reunião de sucesso

O Grupo de Eurodeputados do PSD, a Juventude Social Democrata (JSD), o PSD e o Instituto Francisco Sá Carneiro organizaram no fim de semana passado, a 2ª Universidade Europa que é uma acção de formação sobre a União Europeia para os jovens quadros do PSD e da JSD, que teve lugar na Cúria, no Grande Hotel e decorreru de 14 a 16 de Fevereiro.

O encerramento teve lugar às 12:30 de Domingo (dia 16), e contou com a intervenção da Presidente do PSD Dra. Manuela Ferreira Leite e do líder da JSD Pedro Rodrigues.

Os melhores alunos deste evento serão convidados a participar no programa de Estágios para Jovens no Grupo Parlamentar do PSD em Bruxelas.

A ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha e ex-Vice-presidente do Banco Mundial, Ana Palácio foi a convidada especial para o almoço de Sábado, onde apresentou a sua visão sobre “o presente e o futuro da UE”.

Do programa de formação, destacaram-se dois Jantares-Conferência, o primeiro na sexta-feira à noite com o Vice-Presidente do PSD, Professor António Borges sobre a Crise Financeira e o papel da UE e no Sábado foi o Vice-Presidente do Partido Popular Europeu, Professor João de Deus Pinheiro, a falar com os jovens sobre o tema “A Política Externa da UE.

“Como se financia a UE ?” foi o tema apresentado pelo Eurodeputado José Silva Peneda e Jorge Moreira da Silva responderá à pergunta se “ existe uma liderança da UE na política ambiental e energética ?”. Carlos



Coelho e Sérgio Marques, ambos Deputados europeus explicaram no Sábado de amanhã as “Regras de funcionamento da UE”

Na manhã de Domingo teve lugar um Debate entre os alunos com tema “Como comunicar melhor na UE” que foi precedido pelo visionamento de duas mensagens dirigidas aos jovens participantes, do Presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering e do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso

Também no Domingo de manhã

Vasco Graça Moura, escritor e Deputado europeu do PSD, apresentou o seu novo livro “Anotações Europeias”. É a primeira vez que o escritor apresenta um livro seu em exclusivo para um grupo de jovens.

Os 70 participantes foram seleccionados entre duzentos e cinquenta candidatos, tendo sido valorizado o seu CV, as respostas que deram a algumas questões na ficha de candidatura e também critérios de

distribuição geográfica e equilíbrio de género e etário. Face ao elevado número de candidatos está já a ser programada uma terceira edição para o início do próximo ano.

Neste evento foram também apresentados alguns materiais como brochuras, livros, dossiers temáticos e videos em suporte digital que permitam a estes jovens organizar eventos de formação nos seus distritos e concelhos sobre temas da União Europeia. - *Do nosso correspondente, Marques Duarte*



Reunião de Duarte Freitas com a CAP, para um Exame de Saúde da Política Agrícola Comum

O Health Check (HC) ou Exame de Saúde da Política Agrícola Comum (PAC), que está actualmente a ser discutido nas instâncias comunitárias, foi motivo de reunião entre o Deputado Europeu Duarte Freitas e a Confederação de Agricultores de Portugal (CAP), representada pelo seu Presidente, João Machado e Secretário-geral, Luís Mira.

Este encontro, que decorreu na sede da CAP na Segunda-feira, dia 17 de Novembro, serviu para aferir com os representantes dos agricultores portugueses as posições a tomar pelos deputados europeus do PSD no âmbito dos trabalhos finais da aprovação do HC, cuja votação no Parlamento Europeu (PE) decorre esta semana, sendo que a sua aprovação final no Conselho se perspectiva para muito breve.

O HC surge no seguimento do acordo da Presidência Britânica de Dezembro de 2005 que, para fechar o dossier das Perspectivas Financeiras (PF) 2007/2013, impôs um exame intercalar da PAC, apesar das despesas desta política comum se encontrarem fixadas até 2013, segundo o acordo do Luxemburgo de 2003, projectando um peso da PAC em 2013 de apenas 36% do Orçamento Comunitário, quando já representou 75%.

Este HC surge num momento de grande viragem na percepção pública da importância da agricultura.

De facto, a crise de preços de 2007, a escassez mundial de alimentos, os 800 milhões de pessoas com carências alimentares e as estimativas de grande aumento da população mundial, fazem com que temas como a soberania alimentar voltem a estar no topo da agenda política.

O processo de reforma da PAC que se concluiu em 2003 e que objectivava conter a produção e vocacioná-la para os mercados e aprofundou conceitos como a eco-condicionalidade e o desenvolvimento rural (2º Pilar da PAC), sofrerá uma inflexão.

Esta inflexão, que marca o início de uma contra-reforma de que o HC é o tiro de partida, não colocará em causa o 2º Pilar da PAC, nem as preocupações ambientais mas, dentro dos nossos acordos orçamentais internos e dos nossos compromissos na Organização Mundial de Comércio (OMC), levará a um maior incentivo à



produção agrícola e a um esforço de coabitação entre as produções alimentares e as produções energéticas, visando uma mais eficiente produção agrícola global.

Deste processo negocial do HC destacam-se algumas matérias que são de particular relevância para Portugal:

1) a necessidade de garantir as Ajudas Directas (AD) aos muito pequenos agricultores, isto é, aqueles que recebem menos de 250 euros por ano e que a Comissão propõe fazer desaparecer (o que, em Portugal, faria com que 90.000 pequenos agricultores deixassem de receber);

2) o aumento da modulação obrigatória de base e a criação da modulação progressiva para os que mais recebem, com a passagem das verbas retiradas dessas ajudas directas (1º Pilar da PAC) para o Desenvolvimento Rural;

3) o fim da modulação voluntária que o Governo teimosamente quis implantar em Portugal, no que só foi seguido pelo Reino Unido;

4) a franquia abaixo da qual não se aplica a modulação poderá passar para

os 10.000 euros/ano, em vez dos 5.000 euros/ano que a Comissão propõe - tal alteração levaria à redução para metade dos agricultores portugueses atingidos pela modulação (de 16.000 para 8.000);

5) o fim do efeito re-distributivo da modulação, que dava a Portugal 4 euros em cada euro que perdíamos nas AD e;

6) a continuação do desmantelamento das quotas leiteiras, tal como propõe a Comissão e de que o Relator socialista português do PE não se desvincula por estar refém de uma decisão recente de Jaime Silva que abriu portas ao início do fim deste sistema que protegia os mais pequenos e com desvantagens competitivas, como é o caso dos produtores de algumas regiões de Portugal, como o Norte e, em especial, os Açores que dependem muito do leite e não têm alternativas produtivas.

Das decisões finais sobre estas, entre outras, questões se ficará a saber se o resultado será positivo ou negativo para o nosso país.

- *Correspondente*

Duarte Freitas, Deputado Europeu do PSD reúne com a CAP para discutir reformas no sector

No dia seguinte às mais contundentes críticas de Manuela Ferreira Leite ao Ministro Jaime Silva, o Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, encontrou-se com a Direcção da CAP para discutir a situação do sector numa semana em que o Parlamento Europeu aprovará a Reforma da Política Agrícola Comum.

Esta reunião teve lugar pelas 16:30H de segunda-feira, hoje na sede da CAP.

Na agenda estiveram as dificuldades do sector, os atrasos nos pagamentos das ajudas, a questão da modelação voluntária, a Reforma da PAC e o futuro do sector.

O projecto de poder socialista e as “Nacionalizações”

José Pacheco Pereira ()*

O governo socialista de Sócrates, na sua maioria absoluta, tem mostrado uma apetência muito especial para utilizar todos os instrumentos do estado para solidificar e ampliar o seu poder político. Tem isso de comum com os governos do PSD, e mesmo com o PP nas suas pastas. Mas, se é justo referir a partilha de intenções e objectivos, é injusto comparar as práticas e os resultados. Os socialistas e Sócrates vão muito mais longe, até porque lhes é consentido irem muito mais longe pela falta de escrutínio que, pelo contrário, abunda e bem com o PSD. Se somarmos a isso que, em muito do establishment social, incluindo fundações, universidades, instituições culturais, comunicação social, eles são dominantes, temos uma ideia do seu domínio sobre a sociedade portuguesa a partir de cima. Só escapa deste poder uma parte da economia, das autarquias, da Igreja e das instituições de solidariedade social, onde a presença do PSD é mais forte.

Uma das características do actual governo foi reforçar os mecanismos clientelares e de patrocínio, já não em relação aos “pequenos”, mas acima de tudo, aos “grandes”. A resposta dos nossos “grandes” foi naturalmente

positiva porque, tratando-se de ganhar dinheiro, historicamente em Portugal os socialistas são bons parceiros e a dependência geral de todo o negócio do poder político leva-os a crescerem sempre encostados aos governos. Abdicam neste processo de muita da sua independência, mas como a independência, num país pequeno e com bens escassos, só traz complicações, não querem saber disso para nada. A excepção é a Sonae e paga um preço elevado por isso.

Com o governo de Sócrates tudo quanto é negócio passou para o interior dos gabinetes ministeriais, sem regras, sem concursos públicos, sem “traços” nos arquivos públicos, sem escrutínio. Agora a crise financeira deu uma nova dimensão ao poder do governo sobre a economia. Se certas medidas se podem compreender numa emergência, muito dificilmente se pode aceitar a prazo que o estado, em Portugal já imenso, clientelar, incapaz e mau gestor, volte de novo a ser usado como instrumento para a extensão do poder político socialista sobre a economia, como transparece nos discursos “ideológicos” do Primeiro-ministro. – (*) *Professor universitário, historiador e analista político.*©

Opinião

É “compreensível” a arrogância dos actuais governantes...

José Palma Rita ()*

Em infeliz intervenção recente, no encerramento do Congresso Nacional da Administração Pública, o secretário de Estado da Administração Pública referia que a reforma da Administração Pública já está no terreno e alertava que quem não cumprir as exigências que a lei impõe “será trucidado”, nomeadamente trabalhadores, serviços e dirigentes que não estejam com a reforma.

Paralelamente, o ex-ministro Correia de Campos, presidente do INA, admitia ter dúvidas na contratação e ter estado muito pouco preparado em termos de conhecimento sobre como tratar a contratação no sector público. Um primeiro comentário vai desde logo para Correia de Campos que só depois de ter sido corrido do Governo começou a ter dúvidas e opinião própria sobre as políticas do mesmo e a sua eficácia.

Num outro triste episódio protagonizado pelo Governo na passada semana, o Conselho de Administração da LCS-Linha de Cuidados de Saúde, suspensia uma das enfermeiras supervisoras fundadora do serviço Linha Saúde 24 por considerar a sua presença “inconveniente nas instalações da empresa”. A enfermeira suspensa foi a primeira subscritora da carta que um grupo de oito



supervisoras do call center de Lisboa escrevera à ministra da Saúde, denunciando um conjunto de anomalias no funcionamento daquela linha de atendimento.

Como classificaria o actual Presidente da Assembleia da República, (que em tempos brindou um seu colega deputado com expressões qualificativas pouco protocolares...) estes actos praticados por tiranetes arrogantes responsáveis por atitudes de punição

desproporcionada a funcionários que, de forma assumida e identificada, decidem contribuir para a melhoria do funcionamento dos seus serviços, identificando estrangulamentos e propondo soluções de resposta mais adequada dos serviços aos contribuintes que sustentam a sua existência e o pagamento do vencimento a certos responsáveis da AP e do Governo, cuja justificação é claramente duvidosa?

As atitudes em causa nos 2 casos

noticiados no mesmo dia, são elucidativas de várias enfermidades de que padece a saúde actual da nossa vida democrática, coisa que, aliás, os partidos da oposição vêm identificando e a denunciar aos níveis nacional e regional, ao longo desta que merece figurar entre as piores maiorias absolutas, traduzidas numa nunca vista arrogância governativa, desde que há memória de liberdade democrática em Portugal.

Por um lado, são a causa e a consequência da falhada reforma da Administração Pública, que nunca pretendeu ser efectivamente aquilo que se viu ser anunciada. O encerramento de serviços básicos nos concelhos do interior do país, nomeadamente nos sectores da saúde e educação, fundamentados num total desrespeito pelas condições fundamentais de vida quotidiana dos portugueses resulta num total prejuízo para os contribuintes que cada vez mais são menos e pior servidos pelo Estado que, em injustificada contrapartida, aumentou a incidência da carga fiscal sobre os mesmos.

Para além do facto de que boa parte dos serviços públicos objecto de reestruturações funcionarem hoje pior, mais dependentes da aquisição banalizada de serviços básicos ao

exterior, assistiu-se a uma inexplicável gestão de recursos humanos que ditou o afastamento arbitrário e não fundamentado de funcionários dos serviços locais, originando novos problemas sociais. As posições da Provedoria de Justiça sobre esta matéria, irresponsavelmente ignoradas pelo Governo, denunciam a razão que assiste a muitos que se consideram

vítimas da falta de transparência e da perseguição política que os discrimina e persegue, como há muito não se via no País.

Sendo inequivocamente condenáveis as atitudes de arrogância discricionária, prepotência, falta de transparência e de rigor de tais responsáveis políticos, haverá ainda que acrescentar os custos que este tipo

de actos acarreta para a Administração Central e Local, pela degradação do serviço prestado em contrapartida a um contributo acrescido do contribuinte;

O corolário da reflexão parece ser aquela velha máxima, sempre actual (em geral e na política em particular) de que a arrogância e a prepotência não derivam da personalidade antes sendo

estilos construídos, preenchendo a função de escudo da incompetência para um desempenho inseguro onde a naturalidade confiante deveria predominar.

— (*) *Presidente da CPS/Évora do PSD, nosso correspondente. JPRita@Gmail.com*

OE ou não é!

Ricardo Rio OE ou não é

A cada mês de Novembro, a discussão do Orçamento de Estado (OE) assume-se como um dos principais pontos da agenda mediática, aqui se concentrando o foco das intervenções do Governo, dos Partidos da Oposição, de Sindicatos, Associações Empresariais e demais Parceiros Sociais, dos Analistas e demais agentes da Sociedade Civil cuja actuação contende de alguma forma com a política orçamental. Normalmente, e porque concentrada num espectro temporal relativamente reduzido, esta discussão centra-se mais nas matérias de pormenor do que no confronto entre modelos alternativos de desenvolvimento económico do País ou de financiamento e gestão de cada um dos sub-sectores do Estado (do Ensino Superior à Saúde, da Segurança à Cultura, da Justiça à Segurança Social). Talvez por isso, e ao contrário do que seria expectável e desejável, é mais fácil escrutinar e criticar a medida pontual, a falha de coerência, o erro contabilístico do que o conjunto do documento e das opções políticas que lhe estão subjacentes. Não se pense, porém, que este é um erro directamente imputável ao observador externo, seja ele uma força partidária ou outro qualquer cidadão ou instituição. Bem pelo contrário, é o próprio Governo que tende a estimular este tipo de abordagem, enfatizando dados e opções avulsas como forma de diluir o impacto negativo que resultaria de uma análise mais profunda e integrada.

Ora, o ponto de partida para a construção deste documento devia ser precisamente o contrário, respondendo cabalmente à questão: o que é e para que serve um Orçamento de Estado? Se assim acontecesse talvez se tomasse consciência que este deveria ser o pilar em que assenta a Governação do País no ano subsequente, tal como acontece com qualquer Autarquia, Empresa, Instituição ou Família com o seu orçamento particular. Para tal, o Orçamento de Estado teria de partir dos dados que caracterizam a realidade actual, fundamentar opções mediante a devida concretização financeira e traduzir objectivos a atingir, definidos de forma clara,



rigorosa, credível e transparente. Mas, pode-se perguntar, que clareza, rigor, credibilidade e transparência tem um Orçamento de Estado cujas referências do quadro macroeconómico previsto são rebatidas de forma expressiva por todas as organizações internacionais antes mesmo de ele começar a ser discutido no Parlamento?

Será indiferente a taxa esperada de crescimento do produto? Serão idênticas as políticas e os seus custos em função de diferentes taxas de desemprego? Conseguir-se-á manter as estimativas de evolução das contas públicas quando todos os dados já disponíveis apontam para uma redução da base de captação da receita e para um aumento das fontes de realização de encargos? Em suma, pode um Orçamento de Estado ser construído sobre um castelo de ilusões, um mar de irrealismo, um olhar sobre um país virtual que o Primeiro-Ministro só deve conhecer numa versão Second Life de um qualquer Magalhães?

Para quem passou três anos a esgrimir as décimas do nosso descontentamento como grandes triunfos do êxito de um modelo de desenvolvimento fracassado, parece sobressair agora o mesmo facilitismo que nos transformou num País de sobredotados a Matemática.

Há, depois, o plano das iniciativas concretas. E aqui saúde-se o súbito

despertar para as dificuldades das famílias, para o enquadramento competitivo das pequenas e médias empresas, para o fracasso do mercado de arrendamento, para a obrigatoriedade de transformar o Estado num bom pagador. Mas, chegarão as propostas avançadas e as correspondentes dotações financeiras? Conseguirão atingir os seus objectivos? Ainda virão a tempo? É difícil avaliar em números quanto é que custa a um País ou território a prepotência e arrogância dos que o dirigem, o alheamento da realidade, o exercício continuado do poder autista e absoluto. A melhor proxy talvez sejam os 120.000 que se manifestaram (novamente) no Terreiro do Paço no passado dia 8. Mas, voltando ao Orçamento de Estado, foi alguma dessas iniciativas inovadora? Há quantos meses ou anos não constava já das prioridades e alertas da generalidade das forças da Oposição, dos cadernos de reivindicação dos parceiros sociais, das análises e reparos dos comentadores independentes?

Como se tal não bastasse, 2009 é ano de eleições. E esse pequeno grande pormenor volta a fazer a sua incontornável cíclica diferença. Porque faz com que o OE seja cada vez mais o que parece e menos o que deveria ser e aquilo de que o País precisa.

(*)

A cada mês de Novembro, a

discussão do Orçamento de Estado (OE) assume-se como um dos principais pontos da agenda mediática, aqui se concentrando o foco das intervenções do Governo, dos Partidos da Oposição, de Sindicatos, Associações Empresariais e demais Parceiros Sociais, dos Analistas e demais agentes da Sociedade Civil cuja actuação contende de alguma forma com a política orçamental.

Normalmente, e porque concentrada num espectro temporal relativamente reduzido, esta discussão centra-se mais nas matérias de pormenor do que no confronto entre modelos alternativos de desenvolvimento económico do País ou de financiamento e gestão de cada um dos sub-sectores do Estado (do Ensino Superior à Saúde, da Segurança à Cultura, da Justiça à Segurança Social).

Talvez por isso, e ao contrário do que seria expectável e desejável, é mais fácil escrutinar e criticar a medida pontual, a falha de coerência, o erro contabilístico do que o conjunto do documento e das opções políticas que lhe estão subjacentes.

Não se pense, porém, que este é um erro directamente imputável ao observador externo, seja ele uma força partidária ou outro qualquer cidadão ou instituição. Bem pelo contrário, é o próprio Governo que tende a estimular este tipo de abordagem, enfatizando dados e opções avulsas como forma de diluir o impacto negativo que resultaria de uma análise mais profunda e integrada.

Ora, o ponto de partida para a construção deste documento devia ser precisamente o contrário, respondendo cabalmente à questão: o que é e para que serve um Orçamento de Estado?

Se assim acontecesse talvez se tomasse consciência que este deveria ser o pilar em que assenta a Governação do País no ano subsequente, tal como acontece com qualquer Autarquia, Empresa, Instituição ou Família com o seu orçamento particular.

Para tal, o Orçamento de Estado teria de partir dos dados que



caracterizam a realidade actual, fundamentar opções mediante a devida concretização financeira e traduzir objectivos a atingir, definidos de forma clara, rigorosa, credível e transparente.

Mas, pode-se perguntar, que clareza, rigor, credibilidade e transparência tem um Orçamento de Estado cujas referências do quadro macroeconómico previsto são rebatidas de forma expressiva por todas as organizações internacionais antes mesmo de ele começar a ser discutido no Parlamento?

Será indiferente a taxa esperada de crescimento do produto? Serão idênticas as políticas e os seus custos em função de diferentes taxas de desemprego? Conseguir-se-á manter as estimativas de evolução das contas públicas quando todos os dados já disponíveis apontam para uma redução da base de captação da receita e para um aumento das fontes de realização de encargos?

Em suma, pode um Orçamento de Estado ser construído sobre um castelo de ilusões, um mar de irrealismo, um olhar sobre um país virtual que o Primeiro-Ministro só deve conhecer numa versão Second Life de um qualquer Magalhães?

Para quem passou três anos a esgrimir as décimas do nosso descontentamento como grandes trunfos do êxito de um modelo de desenvolvimento fracassado, parece sobressair agora o mesmo facilismo que nos transformou num País de sobredotados a Matemática.

Há, depois, o plano das iniciativas concretas. E aqui saúde-se o súbito despertar para as dificuldades das famílias, para o enquadramento competitivo das pequenas e médias empresas, para o fracasso do mercado de arrendamento, para a obrigatoriedade de transformar o Estado num bom pagador.

Mas, chegarão as propostas avançadas e as correspondentes dotações financeiras? Conseguirão atingir os seus objectivos? Ainda virão a tempo?

É difícil avaliar em números quanto é que custa a um País ou território a prepotência e arrogância dos que o dirigem, o alheamento da realidade, o exercício continuado do poder autista e absoluto. A melhor proxy talvez sejam os 120.000 que se manifestaram (novamente) no Terreiro do Paço no passado dia 8.

Mas, voltando ao Orçamento de Estado, foi alguma dessas iniciativas inovadora? Há quantos meses ou anos não constava já das prioridades e alertas da generalidade das forças da Oposição, dos cadernos de reivindicação dos parceiros sociais, das análises e reparos dos comentadores independentes?

Como se tal não bastasse, 2009 é ano de eleições. E esse pequeno grande pormenor volta a fazer a sua incontornável cíclica diferença. Porque faz com que o OE seja cada vez mais o que parece e menos o que deveria ser e aquilo de que o País precisa. – *Mestrado em Economia, Presidente do CPS de Braga, Correspondente do PL*

Notícias de Aveiro

Protocolo Financeiro e de Cooperação entre instituições financeiras e a Câmara

A Câmara Municipal de Aveiro assinou hoje, dia 17 de Novembro, o Protocolo Financeiro e de Cooperação entre com o Banco BPI, S. A., a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A., a Associação Industrial de Aveiro – AIDA e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI).

O Protocolo foi assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, e representantes das entidades parceiras: Banco BPI, S. A. – António José Gonçalves; a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. (SGM) – Teresa Duarte, a Associação Industrial de Aveiro (AIDA) – Valdemar da Silva Coutinho e Acácio Manuel Albergaria Coelho e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI) – Osória Estima Miranda.

O Protocolo Financeiro e de Cooperação visa estabelecer os termos de colaboração entre o Município, o Banco, a SGM, a AIDA e o IAPMEI na constituição e funcionamento de Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Aveiro.

Com a constituição deste Fundo pretende-se estimular e orientar investimentos a realizar por Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Aveiro para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, para a modernização das empresas, ou para as modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares.

Com o Fundo de Investimento no Concelho de Aveiro - FICA em particular, pretende-se colocar à disposição das Micro e Pequenas Empresas do Concelho de Aveiro um produto financeiro inovador e atractivo comparativamente aos produtos da mesma natureza disponibilizados no mercado e procura também criar condições para que os aveirenses empreendedores possam através deste instrumento financeiro, terem as condições necessárias para iniciarem a sua actividade empresarial.

Efectivamente o FICA aplica-se apenas à área geográfica do Concelho de Aveiro e a projectos nos sectores da Indústria, Comércio, Turismo, Construção e Serviços. Podem ser objecto de financiamento pelo Fundo os projectos de micro e pequenas empresas, tal como definidas na Recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE, de 06/05/2003.

Através do Fundo são apoiáveis



projectos que contribuam para o crescimento e desenvolvimento da actividade empresarial do concelho de Aveiro, de forma sustentada, reforçando a competitividade e/ou a diferenciação empresarial no concelho.

O Município de Aveiro aspira com este projecto criar mais um mecanismo de apoio às PME que representam no nosso concelho 99 por cento da actividade económica. Convém frisar que no total, para este primeiro ano, serão disponibilizados 250.000€, sendo que 50.000€ será o investimento directo na CMA através da concessão de empréstimos com taxa de juro 0 por cento. O Banco contribui com 200.000€ podendo em anos seguintes este valor ser aumentado em função dos objectivos e resultados obtidos e mediante reforço proporcional por parte do Município.

De referir ainda que para a obtenção de informação mais detalhada qualquer investidor interessado poderá dirigir-se à AIDA ou ao Gabinete de Desenvolvimento Económico e Fundos Estruturais da Câmara Municipal de Aveiro, onde lhe serão prestadas todas as informações necessárias sobre este Fundo.

Comemoração do São Martinho

A Câmara de Aveiro patrocina a comemoração do “Dia de São Martinho” que decorreu no dia 11 de Novembro, das 14.30 às 19.00 horas, no Largo Capitão Maia Magalhães, freguesia da Vera Cruz.

No âmbito do projecto “Viver a Idade” e organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, em parceria com

a Junta de Freguesia da Vera Cruz e as entidades públicas e privadas desta freguesia, o programa do “Dia de São Martinho” contemplará desgarradas com o Rancho Folclórico do Lobão, actuações das IPPS locais: Centro Comunitário da Vera Cruz e Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, recriação do magusto e baile convívio.

Importa ainda referir que está prevista a participação de cerca de 300 pessoas, entre idosos e crianças, pertencentes a nove IPSS e três freguesias, designadamente, a Associação de Melhoramentos de Eixo, Centro Social e Paroquial da Cera Cruz, Caritas, CARDA, Centro Comunitário da Vera Cruz, Centro Social e Paroquial de Santo André de Esgueira, Centro Social e Paroquial de Cacia, CSCDA 513 e Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Eiroal e as freguesias de Aradas, São Bernardo e Requeixo.

Os principais objectivos do projecto “Viver a Idade” baseiam-se na promoção de iniciativas conjuntas, com vista à sensibilização da sociedade para a importância e valorização da população sénior, numa perspectiva de cidadania activa, e na fundamentação da partilha de experiências e saberes entre “os menos jovens” das várias freguesias e instituições concelhias, com a sociedade em geral, contribuindo, assim para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Acção de Sensibilização “Agir em Segurança”

A Câmara Municipal de Aveiro informa levou a cabo uma Acção de Sensibilização “Agir em Segurança” que teve início dia 5 e terminou no

Sábado, dia 8 de Novembro.

No âmbito da implementação do Programa Integrado de Valorização de Bairros, a Autarquia Aveirense em parceria com a Associação da Quinta da Bela Vista, dinamiza a Acção “Agir em Segurança”, no Bairro Social da Quinta da Bela Vista, Freguesia de Esgueira. A acção iniciou ontem e decorrerá hoje e amanhã, em horário pós laboral (das 18.30 às 20.00 horas), e finaliza no Sábado de manhã (10.30 horas).

Assim, ontem o tema abordado foi “Prevenção e Segurança Doméstica (Habitat e Salubridade); “Boas Práticas Ambientais (Resíduos – destino final)” é o assunto de hoje e amanhã os participantes vão aprender a “Manusear Extintores”. Por fim, o Sábado será feito o encerramento através de uma aula prática.

Com a duração total de seis horas, a Acção de Sensibilização como objectivos dotar os moradores de competências e conhecimentos que lhes permitam prevenir situações susceptíveis de risco no interior da sua habitação e promover o debate e a participação dos moradores na área de prevenção e segurança.

Agir em Segurança 2

A Câmara Municipal de Aveiro realizou um simulacro de emergência num cenário de incêndio no dia 8 de Novembro, pelas 10.30 horas, numa habitação sita no Bairro Social da Quinta da Bela-Vista, freguesia de Esgueira.

O simulacro feito num cenário de incêndio envolveu o Serviço Municipal de Protecção Civil, a Polícia Municipal, a Polícia de Segurança Pública, Bombeiros Novos de Aveiro e “correu da melhor forma” destacou o Vereador do Pelouro da Protecção Civil, Carlos Santos. Foi também simulado o transporte para o Hospital de um bombeiro “ferido” por inalação de fumo.

Este simulacro foi desenvolvido no âmbito da Acção “Agir em Segurança” que ao longo de três dias realizou três sessões informativas: “Prevenção e Segurança Doméstica (Habitat e Salubridade)” onde se deram informações sobre a adopção de cuidados e atitudes comportamentais que contribuam para a prevenção de acidentes domésticos com crianças e idosos; “Boas Práticas Ambientais (Resíduos – destino final)” tendo sido apontados alguns comportamentos a ter quanto à reciclagem de resíduos domésticos numa perspectiva integrada ao nível do desenvolvimento sustentável e os formandos ficaram dotados de competência técnica quanto ao manuseamento de extintores, através de uma componente prática com o descarregamento de seis extintores.

A acção terminou com o simulacro onde se “pretendeu que aos formandos fosse dada a possibilidade de verificar e comprovar a operacionalidade de todos os meios de protecção contra



incêndio” realça Carlos Santos sendo possível ainda “identificar anomalias na actuação humana e reflectir sobre o controlo dos tempos de evacuação e dos tempos necessários às tarefas de primeira intervenção” reforça o

Autarca.

Importa ainda referir que durante a acção “Agir em Segurança” participaram muitos moradores desta Urbanização que, na pessoa do Presidente da Associação Desportiva

da Bela-Vista, António Silva, revelou “ estar bastante satisfeito com esta actividade municipal dado que há uns anos houve um incêndio neste bairro e os bombeiros chegaram passados 40 minutos e desta vez apenas demoraram 11, houve uma melhoria do tempo de espera em 29 minutos.”

A Acção “Agir em Segurança” que decorreu no Bairro Social da Quinta da Bela Vista, com os apoios da Junta de Freguesia de Esgueira e Associação da Quinta de Bela Vista, teve como principais objectivos dotar os moradores de competências e conhecimentos que lhes permitam prevenir situações susceptíveis de risco no interior da sua habitação e promover o debate e a participação dos moradores na área de prevenção e segurança.

– CM Aveiro

Notícias de Cascais

Câmara de Cascais inaugura Central de Emergência e Segurança

Aumentar os níveis de segurança dos edifícios municipais, estabelecimentos escolares do ensino básico, bem como dos museus da rede municipal é o objectivo da nova central de emergência e segurança que entrou oficialmente em funcionamento no passado dia 13 de Novembro, pelas 15h00, nas instalações da Polícia Municipal.

Instalada pela Câmara Municipal, a nova central de emergência e segurança funciona 24 horas por dia sob a coordenação da Polícia Municipal, recebendo directamente alertas em caso de emergência.

Em todos os edifícios foi criada uma ligação à central que será accionada sempre que o respectivo sistema de alarme acuse intrusão ou outro tipo de irregularidade. Perante

este aviso, é enviado ao local um carro-patrolha da Polícia Municipal, que contactará com os responsáveis pelo edifício, accionando os meios de segurança e emergência que eventualmente sejam necessários.

A implementação deste projecto decorre em duas fases. Na primeira estarão apenas ligados os sistemas de alarme, prevendo-se numa segunda fase a ligação dos sistemas de vídeo-



vigilância dos edifícios e locais que apresentem maiores vulnerabilidades.

CASCAIS INAUGURA ESPAÇO CULTURAL NA CIDADELA

No dia 15 pelas 21h30, a “Confluência Associação Cultural” inaugurou as suas novas instalações na Cidadela de Cascais, numa sessão em que António d’Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais fez a entrega simbólica das chaves do espaço.

Sob o lema “Que se junte a nós quem conosco se identificar”, Ricardo Carriço, Maria Helena Torrado e um grupo de jovens artistas inauguram as instalações cedidas temporariamente pela autarquia e adaptadas a espaço multicultural, na Cidadela de Cascais.

As novas instalações vão permitir ao grupo cénico da associação ensaiar e dar formação de teatro e, tal como os fundadores da associação explicam, este será um lugar de confluência de pessoas, nas linguagens e nas ideias, preparado para acolher outras iniciativas culturais, como sessões de poesia, espectáculos musicais, debates e conferências.

Fundada em 1995 pela escritora Maria Helena Torrado, a “Confluência Associação Cultural”, sediada, em Cascais promove “Workshops” de teatro, entre outras actividades culturais. Há um ano Cascais assistiu à peça “De Menina Cascais a Cascais Menino”, da autoria de Helena Torrado e com encenação de Ricardo Carriço. Agora, o grupo prepara uma nova peça de teatro intitulada “SPOT (sensações, paixões, ódios e taras) A Vida em Palco”, também da autoria da fundadora e que subirá ao palco em 2009.

A sessão inaugural contou com um concerto de Fernando Girão, acompanhado ao piano por Emílio Romão.



IRENE FLUNSER PIMENTEL APRESENTA CONFERÊNCIA NO ESTORIL

O Espaço Memória dos Exílios, no Estoril, acolheu no dia 13, às 21h00, a segunda conferência do ciclo “Um Século de Memórias”. Intitulada “Judeus e Outros Refugiados no Estoril”, esta conferência estará a cargo da historiadora Irene Flunser Pimentel, recentemente distinguida com o Prémio Pessoa.

Criar um espaço de divulgação e diálogo sobre a História de Portugal do século XX, com destaque para o período da II Guerra Mundial, é o objectivo destas conferências que a Câmara promove no Espaço Memória dos Exílios dedicado à evocação da memória de um dos traços mais

marcantes da história recente do concelho, enquanto espaço de refúgio, espera e passagem de milhares de exilados e refugiados no contexto dos diversos conflitos europeus.

O núcleo expositivo permanente do Espaço Memória dos Exílios é constituído por documentação de arquivo, fotografias, objectos de época e material de referência que recria, precisamente, o ambiente dessas décadas.

Sobre Irene Flunser Pimentel | Historiadora e investigadora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa foi recentemente distinguida com o Prémio Pessoa. Na sua tese de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea apresentou uma dissertação sobre a PIDE/DGS, editada com o título A História da Pide, com a chancela do Círculo de Leitores -Temas e Debates.

Entre outras obras, publicou A História da Pide e Mocidade Portuguesa Feminina, tendo sido também galardoada com o Prémio Adérito Sedas Nunes, com o livro Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial.

Carlos Paredes: guitarra com génio

Até dia 14 de Dezembro, pode visitar a exposição: Carlos Paredes: guitarra com génio

A Câmara Municipal de Cascais apresenta no Museu da Música Portuguesa uma exposição dedicada a Carlos Paredes, concebida pela Sociedade Portuguesa de Autores com base no espólio doado em testamento pelo compositor a esta instituição. A exposição conta com uma selecção de documentos e cronologia associada, que nos relatam os acontecimentos da vida e obra do compositor, estando igualmente previsto um interessante programa paralelo de concertos e conferências.

De 3ª feira a domingo das 10h às 13h00 e das 14h às 17h00

INICIATIVAS NO ÂMBITO DA EXPOSIÇÃO

Dia 22 de Novembro | Sábado às 18h00
Entre Paredes

Concerto por António Eustáquio (guitarra), António Miranda (violino), Alexandra Mendes (violela) e Jeremy Lake (violoncelo).

Dia 23 de Novembro | Domingo às 17h00

Conferência por Rui Vieira Nery (musicólogo)

Dia 29 de Novembro | Sábado às 18h00

Leitura latino-americana sobre Carlos Paredes, Saudades de um violão
Concerto de guitarra clássica por Patrício Sanhueza.

E ainda... Visitas guiadas à exposição | marcação pelo telefone n.º 214815902.

— Fonte: CM Cascais



PSD acusa António Costa de não defender os interesses da cidade na questão da terceira travessia do Tejo

O PSD apresentou terça-feira na Assembleia Municipal de Lisboa uma moção em que acusa o presidente da Câmara, António Costa (PS), de não defender os interesses da cidade na questão da terceira travessia do Tejo.

O PSD considera que apesar de António Costa ter anunciado que a Câmara dará hoje parecer desfavorável ao traçado proposto pelo governo, trata-se de “uma decisão que vem tarde e más horas”.

Em declarações à Lusa, o líder da bancada municipal social-democrata, Saldanha Serra, disse que António Costa “já perdeu a oportunidade” de intervir na decisão do traçado da nova ponte, tratando-se apenas de uma discordância “cosmética”.

“Não temos em Lisboa um verdadeiro defensor dos interesses da cidade, mas alguém que tem actuado como representante do Governo”,

considerou Saldanha Serra, acrescentando que a “prática de António Costa tem sido afirmar que concorda com as decisões, acreditando na sua bondade, para depois vir sugerir medidas e soluções extemporâneas quando é confrontado com os aspectos negativos”.

O líder da bancada social-democrata na Assembleia Municipal argumentou que “com a voz que tem dentro do Partido Socialista”, António Costa poderia ter intervido “a montante da decisão”.

A moção propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa manifeste “a sua oposição ao módulo rodoviário previsto para a terceira travessia do Tejo, entre Chelas e Barreiro”, posição que o PSD tem defendido.

Quanto a António Costa, não poupa acusações, chamando à intenção do autarca de dar parecer

negativo à travessia “um acto falhado”.

O PSD considera ainda que o autarca socialista devia ter tido “a coragem de pressionar o governo para desistir do módulo rodoviário na terceira Travessia do Tejo, que a concretizar-se para além dos problemas na amarração a Chelas, irá congestionar mais Lisboa com 60000 veículos diários, não aliviando a Ponte 25 de Abril nem aproveitando a capacidade disponível na Ponte Vasco da Gama”.

O PSD apresentou ainda outra moção em que recomenda à Câmara “que, com urgência, regulamente o estacionamento dos veículos de turismo na Cidade de Lisboa”.

Salientando compreender a necessidade de dar condições aos turistas, o PSD regista que os autocarros e veículos de turismo “estacionam, indiscriminadamente, a

porta dos hotéis em Lisboa, ou nas áreas limítrofes”, muitas vezes “em 2ª fila, em plena hora de ponta, de manhã ou no final do dia”, acrescentando ao “caos” do trânsito em Lisboa.

Outra moção apresentada pelo deputado municipal social-democrata Victor Gonçalves exige que a Câmara disponibilize à Assembleia “todos os processos de alterações ao projecto original” do empreendimento da Empresa Municipal de Urbanização (EPUL) em Entrecampos.

O projecto, inicialmente destinado a habitação para jovens, está a ser “abandonado” pelo actual executivo, que o quer transformar “basicamente num complexo de escritórios”, acusam os social-democratas.

– Fonte: CPD/PSD-Lisboa

Viana do Castelo

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2009 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. OBJECTIVOS

Desde a vitória de 2001, renovada em 2005, o PSD é o maior partido no Poder Local, com resultados visíveis no progresso das comunidades locais, desenhando projectos, criando obra e projectando o futuro.

Neste contexto e de acordo com as orientações aprovadas pela Comissão Política Nacional que foram ratificadas pelo Conselho Nacional do PSD, ambos em 18 de Julho de 2008, a Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo propõe à Assembleia Distrital, reunida em 7 de Novembro, em Ponte de Lima os seguintes princípios políticos orientadores, como contributo para o esforço nacional de vitória que se exige ao PSD:

1.1 - Para consolidar e renovar esse progresso é indispensável que o PSD ganhe as eleições autárquicas de 2009 e o distrito de Viana do Castelo contribua para tal com as seguintes metas:

a) - Ganhar um maior número de Câmaras. Actualmente o PSD detém (2) relativamente ao número que o Partido Socialista apresenta (7) nos 10 Municípios que compõem o distrito de Viana do Castelo (em 308 nacionais) aumentando a sua representatividade distrital no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) onde o PSD deverá assegurar a manutenção da sua Presidência;

b) - Aumentar o número de Presidências Juntas de Freguesias (93), reforçando o peso local dos autarcas sociais-democratas (nas 290 Freguesias) que compõem o distrito de Viana do Castelo (4.125 Freguesias nacionais) ambicionando contribuir para a manutenção da Presidência da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);

c) - Aumentar o número de mandatos em todos os órgãos autárquicos (Veredores, Juntas de Freguesias, Assembleias Municipais e Assembleias de



Freguesia), com especial destaque para o contributo que se consubstanciará a futura composição da Assembleia da Comunidade Intermunicipal Minho-Lima, vulgo Alto Minho;

1.2 – Preparar 2013

A legislação da limitação de mandatos mobiliza todos a preparar 2013 nas

escolhas de 2009, numa atitude de responsabilidade para com a continuidade dos nossos projectos autárquicos e dos interesses dos municípios que servimos.

1.3 – Renovação dos Quadros Autárquicos

As equipas com que nos apresentamos devem também ter uma perspectiva de futuro na continuidade do projecto social democrata, apostando na desejável participação de jovens quadros.

Neste contexto, a Lei da Paridade não é um constrangimento inultrapassável. Deve constituir uma oportunidade e um incentivo acrescido para a renovação de equipas.

2. ESTRATÉGIA

A Moção de Estratégia aprovada no XXXI Congresso Nacional no dia 21 de Junho de 2008 já definiu claramente a orientação estratégica global.

“Para que os sucessos que ambicionamos se concretizem, o PSD deve prosseguir uma orientação assente em quatro pilares fundamentais:

- Procurar, ao nível de cada autarquia, apresentar os melhores candidatos - aqueles que estiverem em condições de protagonizar um projecto sério e coerente de desenvolvimento e se encontrem em melhores condições de compreender e responder aos anseios das populações locais;

- Reconhecer o trabalho realizado por aqueles que actualmente exercem funções de Presidente da Câmara, candidatando-os a novo mandato sempre que possível e desde que estejam disponíveis para o fazer;

- Garantir que o modo de selecção dos candidatos se faça em articulação entre as estruturas concelhias, as estruturas distritais e a direcção política nacional, no respeito integral pelas disposições estatutárias que regulam esse processo;

- Apreciar, caso a caso, a atitude a assumir nas situações em que o partido se apresentou, nas eleições anteriores, em coligações com outras forças partidárias”.

Os critérios de exigência por que nos regemos obrigam o PSD a apresentar ao País, os melhores em cada município e em cada freguesia, privilegiando sempre a competência, a honestidade e a credibilidade.

Além dos melhores candidatos, o PSD tem de se apresentar com os melhores projectos e com a solidez dos nossos princípios programáticos, que devem ser estabilizados num documento de compromisso político geral dos nossos candidatos, a aprovar em Comissão Política Distrital.

O PSD deve concorrer ao maior número possível de órgãos autárquicos das freguesias e dos municípios em listas próprias, que afirmem os nossos valores e o nosso programa. Excepcionalmente, poderão ser estabelecidas coligações, fruto de uma avaliação política individualizada, em autarquias onde se revelem soluções vencedoras com vantagens para as populações.

A apresentação pública de candidatos só deve ocorrer após concluído todo o processo político de decisão interna, e seguindo uma adequada programação articulada com a Distrital.

3. COMISSÃO COORDENADORA AUTÁRQUICA

A Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo apresenta à Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo a constituição da Comissão Coordenadora Autárquica (membros do Gabinete Autárquico) que integra os seguintes dirigentes:

- Carlos Morais Vieira
- Manuel Trigueiro
- Armindo Silva
- Luís Miguel Carvalho

À Comissão Coordenadora Autárquica cabe coadjuvar a CPD particularmente o seu Presidente, Eduardo Teixeira, no processo político autárquico, desenvolvendo toda a articulação entre a Direcção Política Distrital e as Secções na escolha e designação dos candidatos à Presidência das Câmaras Municipais e, bem assim, na avaliação política que fundamenta o estabelecimento de coligações ou outros modelos de candidatura.

4. CALENDARIZAÇÃO

Nos Municípios em que se decidir pela recandidatura do Presidente de Câmara Municipal, a aprovação pela CPD e a homologação pela CPN deve ocorrer no primeiro trimestre de 2009.

Nos restantes, as aprovações pela CPD e homologações pela CPN das candidaturas deverão ter lugar até ao final de 2008 (Dezembro de 2008).

Nos municípios onde a avaliação política aponta para coligações, as propostas deverão ser apresentadas à CCA/CPD com a fundamentação clara numa base de vontade local – expressa através das Comissões Políticas Concelhias – que corresponda ao legítimo anseio de mudança sentido pelas populações, até final de Novembro de 2008.

Reiterar que estes entendimentos e acordos pré-eleitorais abrangem as diversas formas de participação política dos cidadãos, designadamente as iniciativas de movimentos de independentes e não visam exclusivamente a participação de actores dos partidos políticos.

– Fonte, CPD Viana do Castelo

Deputado do PSD Miguel Frasquilho faz a análise OE 2009: “Confirmação de uma legislatura perdida”



O ex-secretário de Estado das Finanças e do Tesouro do Governo do PSD e actual Presidente da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Miguel Frasquilho, analisou quinta-feira, no Barreiro, o Orçamento do Estado (OE) para 2009, afirmando que Portugal “andou claramente para trás” nestes últimos quatro anos.

“Onde estão as promessas de crescermos 3 por cento até 2009 e a criação de 150 mil novos postos de trabalho?”, questiona Miguel Frasquilho, realçando que o cenário traçado pelo Governo PS neste Orçamento em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é “completamente desfasado da realidade”.

O deputado do PSD lembrou ainda que nesta legislatura os portugueses foram penalizados com o maior aumento da maior carga fiscal de que há memória. A juntar a isto foram várias as políticas do Governo que conheceram o fracasso, nomeadamente o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) que se apresenta como um “rotundo falhanço”, sendo que a prova é o aumento da despesa pública total, da despesa corrente e da despesa corrente primária entre 2004 e 2009. A despesa pública total atingirá, até, o maior valor de sempre face ao PIB em 2009: 47,7%.

“É verdade que o défice foi reduzido, mas às custas da subida dos impostos, às custas das nossas famílias, das nossas empresas, enfim, da nossa competitividade e da nossa economia”, refere.

Na análise ao OE para 2009, Miguel Frasquilho afirma que o país andou “claramente para trás”. Segundo as previsões, Portugal chegará a 2009 “muito pior” que em 2004.

Miguel Frasquilho recordou que o PSD apresentou algumas medidas de urgência para combater a crise de modo a serem implementadas em 2009, nomeadamente a extinção do pagamento especial por conta, o alargamento especial do período de atribuição do subsídio de desemprego, a reposição do regime que vigorava nos certificados de aforo e o pagamento atempado das dívidas às empresas por parte do estado.

Importa recordar que este último ponto foi uma bandeira do PSD que agora surge como sendo do PS. Segundo o deputado social-democrata, a implementação desta medida é uma questão de “justiça e de moralidade”.

Em 2009 e face a 2004, Portugal será um país com menor rendimento por habitante (face à média europeia), com menor crescimento económico, mais endividado, com mais desemprego, com uma maior carga fiscal, com uma despesa pública record e com mais dívida pública.

“Este é o resultado de uma política económica desastrosa que foi prosseguida por este Governo”, conclui o deputado social-democrata.

Para o presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, estes últimos quatro anos ficaram marcados pelo incumprimento de uma série de promessas feitas na região. “Temos que exigir ao Governo de José Sócrates que cumpra aquilo que prometeu”, realça.

O dirigente social-democrata afirma que o PIDDAC de 2009 para o Distrito de Setúbal é, “garantidamente o pior de sempre”.

– Fonte: CPD/Setúbal

Notícias do Algarve

PSD/ALGARVE APROVOU ESTRATÉGIA PARA AUTÁRQUICAS /2009

Numa reunião da Assembleia Distrital bastante concorrida, realizada este fim-de-semana em Loulé, Mendes Bota apresentou ao órgão máximo do PSD/Algarve o “Documento Estratégico Autárquicas/2009”, o qual foi aprovado por unanimidade.

Neste documento, que traça as linhas de orientação do Partido, e a calendarização previsionial das diferentes acções inerentes, o PSD/Algarve começa por fazer o balanço da sua força autárquica na Região. Detém a presidência de 9 Câmaras Municipais, 6 Assembleias Municipais, 31 Juntas de Freguesia e 28 Assembleias de Freguesia, num total de 513 autarcas eleitos e em funções.

Os objectivos eleitorais do PSD/Algarve também foram traçados: manter a liderança da Comunidade Intermunicipal do Algarve, reforçar o número de presidências e de mandatos nos órgãos autárquicos da região;

Foram definidas as estratégias de actuação nas autarquias onde o PSD é poder, mas também, onde é oposição, bem como o enquadramento dos independentes, das mulheres e dos jovens nas listas de candidatura. Sobre os independentes de filiação partidária, serão bem-vindos, sempre que constituam uma mais-valia política, e que valorizem a composição das listas.

No que respeita à integração de mulheres, por via da Lei da Paridade, mas também por uma opção política própria, o PSD conta com o reforço de colaboração do recentemente criado Movimento das Mulheres Social Democratas do Algarve, para atrair mais cidadãs para o exercício cívico da actividade política.

Em nome da renovação dos quadros autárquicos, o PSD/Algarve propõe-se a si própria uma meta de integração de, pelo menos, 25% de candidatos jovens com menos de 30 anos, nas suas listas de candidatura.

Será formada uma Comissão de Coordenação Autárquica, a nível regional, bem como um Conselho Consultivo Autárquico, e Direcções de Campanha em todas as Secções, que agirão em estreita colaboração.

Foram definidas as acções concretas que se multiplicarão a partir de Janeiro próximo, bem como uma grelha de calendário. Assim, por exemplo, as recandidaturas dos actuais presidentes de Câmara, deverão estar confirmadas até Março de 2009, sendo que as candidaturas às Câmaras onde o PSD é oposição deverão estar definidas até ao final de Janeiro de 2009.

No final de Junho, o PSD/Algarve realizará a sua Convenção Regional Autárquica, e a tradicional Festa do Pontal, a realizar em 14 de Agosto de 2009, no Calçadão de Quarteira, será o palco de apresentação dos 116 cabeças de lista que o Partido apresentará a todas as autarquias do Algarve. – CPD/Algarve

PSD em defesa dos produtos tradicionais algarvios

O Gabinete de Estudos do PSD/Algarve irá realizar no próximo dia 29 de Novembro de 2008, pelas 15 horas, na Biblioteca Municipal de Castro Marim, um importante debate subordinado ao tema “Em Defesa dos Produtos Tradicionais do Algarve”, para o qual estão confirmadas as intervenções de um conjunto de valiosas e significativas personalidades, muito relacionadas com esta



problemática.

A dissertação de base sobre o tema, estará a cargo de Ana Socero, engenheira agrónoma e reputada especialista em qualidade, produtos tradicionais e agricultura biológica.

Seguir-se-á uma Mesa Redonda, onde participarão o deputado do Movimento do Partido da Terra (MPT), Luis Carlotto Marques, Paula Rosa, em representação da ANCCRAL – Associação Nacional de Criadores de Caprinos de Raça Algarvia, Fernando Reis – Presidente da Tradisal – Associação dos Produtores de Sal Marinho Tradicional do Sotavento Algarvio, e Mário de Carvalho, presidente da Cumeadas - Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas de Baixo.

O Director do Gabinete de Estudos do PSD/Algarve, Marcos Guia, fará a moderação da Mesa Redonda, bem como do debate alargado ao público presente.

José Esteves, presidente da Câmara Municipal de Castro Marim e da Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, fará a intervenção de abertura do Colóquio, e o deputado e líder do PSD/Algarve, Mendes Bota, fará a intervenção de encerramento.

O PSD/Algarve defende intransigentemente a valorização, qualificação e certificação dos produtos tradicionais do Algarve, de uma forma viável para os produtores, e segura para os consumidores. Este segmento da economia algarvia, que contribui para minorar os efeitos da desertificação e empobrecimento do interior do Algarve, mas também contribui para a diversificação da actividade económica do litoral, precisa de ser fortemente incentivado. – CPD/PSD/Algarve



Viana do Castelo

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2009 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. OBJECTIVOS

Desde a vitória de 2001, renovada em 2005, o PSD é o maior partido no Poder Local, com resultados visíveis no progresso das comunidades locais, desenhando projectos, criando obra e projectando o futuro.

Neste contexto e de acordo com as orientações aprovadas pela Comissão Política Nacional que foram ratificadas pelo Conselho Nacional do PSD, ambos em 18 de Julho de 2008, a Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo propõe à Assembleia Distrital, reunida em 7 de Novembro, em Ponte de Lima os seguintes princípios políticos orientadores, como contributo para o esforço nacional de vitória que se exige ao PSD:

1.1 - Para consolidar e renovar esse progresso é indispensável que o PSD ganhe nas eleições autárquicas de 2009 e o distrito de Viana do Castelo contribua para tal com as seguintes metas:

a) - Ganhar um maior número de Câmaras. Actualmente o PSD detém (2) relativamente ao número que o Partido Socialista apresenta (7) nos 10 Municípios que compõem o distrito de Viana do Castelo (em 308 nacionais) aumentando a sua representatividade distrital no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) onde o PSD deverá assegurar a manutenção da sua Presidência;

b) - Aumentar o número de Presidências Juntas de Freguesias (93), reforçando o peso local dos autarcas sociais-democratas (nas 290 Freguesias) que compõem o distrito de Viana do Castelo (4.125 Freguesias nacionais) ambicionando contribuir para a manutenção da Presidência da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);

c) - Aumentar o número de mandatos em todos os órgãos autárquicos (Vereadores, Juntas de Freguesias, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia), com especial destaque para o contributo que se consubstanciará a futura composição da Assembleia da Comunidade Intermunicipal Minho –Lima, vulgo Alto Minho;

1.2 – Preparar 2013

A legislação da limitação de mandatos mobiliza todos a preparar 2013 nas escolhas de 2009, numa atitude de responsabilidade para com a continuidade dos nossos projectos autárquicos e dos interesses dos municípios que servimos.

1.3 – Renovação dos Quadros Autárquicos

As equipas com que nos apresentamos devem também ter uma perspectiva de futuro na continuidade do projecto social democrata, apostando na desejável participação de jovens quadros.

Neste contexto, a Lei da Paridade não é um constrangimento inultrapassável. Deve constituir uma oportunidade e um incentivo acrescido para a renovação de equipas.

2. ESTRATÉGIA

A Moção de Estratégia aprovada no XXXI Congresso Nacional no dia 21 de Junho de 2008 já definiu claramente a orientação estratégica global.

“Para que os sucessos que ambicionamos se concretizem, o PSD deve prosseguir uma orientação assente em quatro pilares fundamentais:

- Procurar, ao nível de cada autarquia, apresentar os melhores candidatos - aqueles que estiverem em condições de protagonizar um projecto sério e coerente de desenvolvimento e se encontrem em melhores condições de compreender e responder aos anseios das populações locais;

- Reconhecer o trabalho realizado por aqueles que actualmente exercem funções de Presidente da Câmara, candidatando-os a novo mandato sempre que possível e desde que estejam disponíveis para o fazer;

- Garantir que o modo de selecção dos candidatos se faça em articulação entre as estruturas concelhias, as estruturas distritais e a direcção política nacional, no respeito integral pelas disposições estatutárias que regulam esse processo;

- Apreciar, caso a caso, a atitude a assumir nas situações em que o partido se apresentou, nas eleições anteriores, em coligações com outras forças partidárias”.

Os critérios de exigência por que nos regemos obrigam o PSD a apresentar ao País, os melhores em cada município e em cada freguesia, privilegiando sempre a competência, a honestidade e a credibilidade.

Além dos melhores candidatos, o PSD tem de se apresentar com os melhores projectos e com a solidez dos nossos princípios programáticos, que devem ser

estabilizados num documento de compromisso político geral dos nossos candidatos, a aprovar em Comissão Política Distrital.

O PSD deve concorrer ao maior número possível de órgãos autárquicos das freguesias e dos municípios em listas próprias, que afirmem os nossos valores e o nosso programa. Excepcionalmente, poderão ser estabelecidas coligações, fruto de uma avaliação política individualizada, em autarquias onde se revelem soluções vencedoras com vantagens para as populações.

A apresentação pública de candidatos só deve ocorrer após concluído todo o processo político de decisão interna, e seguindo uma adequada programação articulada com a Distrital.

3. COMISSÃO COORDENADORA AUTÁRQUICA

A Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo apresenta à Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo a constituição da Comissão Coordenadora Autárquica (membros do Gabinete Autárquico) que integra os seguintes dirigentes:

- Carlos Morais Vieira
- Manuel Trigueiro
- Armindo Silva
- Luís Miguel Carvalho

À Comissão Coordenadora Autárquica cabe coadjuvar a CPD particularmente o seu Presidente, Eduardo Teixeira, no processo político autárquico, desenvolvendo toda a articulação entre a Direcção Política Distrital e as Secções na escolha e designação dos candidatos à Presidência das Câmaras Municipais e, bem assim, na avaliação política que fundamenta o estabelecimento de coligações ou outros modelos de candidatura.

4. CALENDARIZAÇÃO

Nos Municípios em que se decidir pela recandidatura do Presidente de Câmara Municipal, a aprovação pela CPD e a homologação pela CPN deve ocorrer no primeiro trimestre de 2009.

Nos restantes, as aprovações pela CPD e homologações pela CPN das candidaturas deverão ter lugar até ao final de 2008 (Dezembro de 2008).

Nos municípios onde a avaliação política aponta para coligações, as propostas deverão ser apresentadas à CCA/CPD com a fundamentação clara numa base de vontade local – expressa através das Comissões Políticas Concelhias – que corresponda ao legítimo anseio de mudança sentido pelas populações, até final de Novembro de 2008.

Reiterar que estes entendimentos e acordos pré-eleitorais abrangem as diversas formas de participação política dos cidadãos, designadamente as iniciativas de movimentos de independentes e não visam exclusivamente a participação de actores dos partidos políticos. – Fonte, CPD Viana do Castelo



Notícias do Porto

Processo para acabar com o Bairro do Aleixo vai prosseguir

O anúncio de reabertura do concurso público destinado a encontrar a entidade que irá integrar a parceria público-privada, que faz parte da solução para o Bairro do Aleixo, foi já publicado em Diário da República de 24 de Outubro, depois de o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto ter indeferido a providência cautelar interposta em 6 de Agosto último por um grupo de moradores, um expediente jurídico destinado a travar o processo que irá levar à demolição daquele aglomerado urbano.

O prazo para a apresentação de propostas é de 180 dias a contar dessa data, que foi, aliás, a mesma do envio do anúncio para publicação.

Recorde-se que a solução encontrada pela Câmara para acabar com o que, neste momento, é o bairro mais problemático do Porto - devido, fundamentalmente, ao consumo e tráfico de droga - consiste na criação de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário (FEII) e na abertura de um concurso público destinado a escolher um parceiro privado, que irá subscrever entre 70 a 90% de unidades desse fundo, ficando o remanescente para a autarquia - um processo que tinha sido interrompido pela referida providência cautelar.

O vencedor do concurso ficará obrigado, ao longo dos anos, a construir de raiz e a reabilitar casas devolutas espalhadas pela cidade, especialmente na Baixa, sendo o número de metros quadrados de construção equivalente ao que hoje existe no Aleixo.

CA da Metro adiou votação de cumprimento do Memorando

O Conselho de Administração da Metro do Porto adiou hoje a votação da proposta que esta segunda-feira lhe foi entregue pela Junta Metropolitana



do Porto (JMP), exigindo o cumprimento integral do Memorando de Entendimento assinado em Maio do ano passado com o Governo, segundo um novo cronograma devidamente atualizado.

O documento será analisado e votado numa próxima reunião daquele órgão de gestão da Metro.

“O Presidente do Conselho de Administração e outros administradores entenderam que precisavam de mais tempo para analisar a proposta que foi entregue na segunda-feira. Não temos nada a opor”, referiu, no final dos trabalhos, Rui Rio, Presidente da JMP e da CMP, reforçando, no entanto, a necessidade de o documento ser efetivamente votado.

“Tem de ser votado para ver se o acordo se cumpre, ou se não se cumpre, principalmente num momento em que tenho ouvido o Senhor Primeiro-Ministro dizer, todos os dias, que os memorandos de entendimento são para cumprir, queixando-se que os sindicatos dos professores não cumprem o que assinam. Pois bem, quero que o Governo também seja coerente nesta matéria e que cumpra o

Memorando que assinou comigo na presença do próprio Primeiro-Ministro. Aliás, o mesmo tem sido dito pela Senhora Ministra da Educação”, sustentou o autarca.

A proposta em causa, aprovada na última reunião da JMP com os votos contra dos autarcas socialistas presentes, aponta para a adjudicação imediata da empreitada de construção da primeira parte da linha de Gondomar (Dragão-Venda Nova).

Metro do Porto: Linha Amarela até Santo Ovídio

A empreitada referente à extensão da linha Amarela até Santo Ovídio deverá ser - segundo a proposta da estrutura metropolitana - adjudicada até Janeiro de 2009, o mesmo sucedendo quanto aos concursos públicos relativos às linhas da Trofa, Boavista e segunda parte da linha de Gondomar (ligação a Valbom).

O objectivo desta calendarização é o de dar efectivo e global cumprimento ao Memorando de Entendimento firmado com o Governo, em 21 de Maio de 2007, cujos prazos já foram largamente ultrapassados.

Ainda tendo Janeiro como marco cronológico, a JMP propõe que sejam lançados os concursos para a realização dos estudos prévios referentes ao traçado da extensão da linha amarela a Laborim e ao traçado de uma terceira ligação a Matosinhos, a partir do Pólo Universitário da Asprela.

Aliás, já no dia 11, as bancadas do PSD e do PCP na Assembleia Metropolitana do Porto (AMP)

exigiram que o Governo cumpra o compromisso assinado com a Junta Metropolitana e avance para a construção da segunda fase do Metro do Porto.

Em deliberação tomada na reunião da AMP de segunda-feira à noite, terminada às primeiras horas de hoje, o PSD manifesta “solidariedade e apoio” à decisão da Junta Metropolitana do Porto (JMP) de apresentar ao Conselho de Administração do Metro do Porto uma proposta de cumprimento global do Memorando de Entendimento assinado pelo Governo a 21 de Maio de 2007.

A proposta foi aprovada pela JMP na sua reunião de 31 de Outubro último - por maioria, com 10 votos a favor dos presidentes de câmara social-democratas e três contra, dos autarcas socialistas de Matosinhos, Vila do Conde e Espinho.

Este documento, que será entregue à administração da empresa pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Rio (que é também presidente da JMP) na reunião de quarta-feira da Administração do Metro, da qual é membro não executivo, visa garantir o cumprimento “ponto por ponto” daquele memorando.

Embora o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, e o presidente do Metro do Porto, Ricardo Fonseca, tenham defendido publicamente que o memorando está a ser integralmente cumprido, a JMP tem opinião contrária.

Na conferência de imprensa, realizada no final da reunião da JMP de 31 de Outubro último, Rui Rio reafirmou que o memorando assinado com o governo “está em completo incumprimento” e frisou que o documento “estabelece prazos, muitos dos quais já estão ultrapassados”.

O Memorando de Entendimento, assinado a 21 de Maio de 2007, numa cerimónia realizada no Palácio do Freixo, com a presença do primeiro-ministro José Sócrates, diz respeito à expansão da rede do Metro do Porto.

Nesse sentido, define que o lançamento do concurso de empreitada de construção da Linha de Gondomar (Estádio do Dragão/Venda Nova) deveria ocorrer até Setembro de 2007 e da extensão da Linha Amarela (S. João de Deus/Santo Ovídeo/Cedro) até Janeiro de 2008.

Nenhum destes prazos foi cumprido, mas, neste momento, aguarda adjudicação a empreitada da Linha de Gondomar e está a decorrer o concurso para a extensão da Linha Amarela.

Por outro lado, o memorando



estabelece que o lançamento do concurso público internacional para atribuição, em regime de subconcessão, da construção da segunda fase do Metro do Porto e da exploração e manutenção da totalidade da rede deveria ocorrer até Janeiro de 2008.

O documento acrescenta que, caso seja impossível cumprir este prazo e se preveja um adiamento superior a seis meses, deveriam ser lançados “desde que estejam reunidas todas as condições necessárias”, os concursos para a construção da Linha da Trofa e da Linha da Zona Ocidental do Porto, “no caso de manter o traçado do actual projecto da Linha da Boavista”.

Estes prazos também não foram cumpridos, tendo a Linha da Boavista sido abandonada pelo Governo na proposta que apresentou recentemente para a expansão do Metro do Porto.

O PCP aprovou também, na reunião da AMP hoje terminada, uma moção em que considera que “desde há cerca de três anos que o Metro do Porto regista qualquer evolução significativa, limitando-se apenas a concluir obras de menor dimensão”.

Na moção, o PCP exige o “avanço imediato das linhas previstas no memorando de Maio de 2007, cuja execução já devia estar em curso”, assim como a promoção de um processo de discussão pública sobre a terceira fase do Metro do Porto.

“Todos com o Português” em sete freguesias da cidade

A Vereadora do Pelouro da Habitação e Acção Social, Matilde Alves, assinalou na Junta de Freguesia de Massarelos, o início da segunda edição de “Todos com o Português”.

A iniciativa, inserida no âmbito do projecto de integração social “Porto, Bairro a Bairro”, consiste num conjunto de oficinas destinadas a adultos, que têm como principal objectivo o reforço das competências dos participantes na utilização escrita e falada da língua portuguesa.

Depois de uma experiência-piloto que decorreu entre Abril e Julho deste ano, “Todos com o Português” é assim alargado a sete freguesias da cidade: Aldoar (em parceria com o Centro Paroquial), Campanhã (Junta de Freguesia), Cedofeita (Junta de Freguesia), Lordelo do Ouro (Associação Recreativa e Desportiva da Pasteleira), Massarelos (Junta de Freguesia), Paranhos (Casa da Cultura) e Ramalde (Junta de Freguesia).

Construção de frases, pontuação, acentuação e elaboração de um curriculum, uma carta ou a redacção de uma acta são, entre outros, alguns dos temas destas oficinas, constituídas por 20 sessões.

Para Matilde Alves, “estas oficinas, para além de uma componente educacional e pedagógica muito prática, integram-se na dinâmica da acção social da CMP”.

As inscrições continuam abertas, sendo a participação gratuita. – *Fonte: Gab. Imp. C.M.Porto*

Notícias dos Açores

António Marinho eleito líder parlamentar



António Marinho foi eleito, no dia 14, líder do grupo parlamentar do PSD/Açores, tendo como vice-presidentes os deputados Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro.

A eleição da nova direcção da bancada decorreu na primeira reunião dos deputados social-democratas na nova legislatura, que contou com a presença da vice-presidente do partido,

Berta Cabral.

A dirigente social-democrata, única candidata à liderança do PSD/Açores, referiu, em declarações aos jornalistas à margem da reunião, que a eleição “decorreu de uma forma muito consensual e pacífica, muito como o PSD deseja”.

“O que interessa aqui é um novo ciclo, o virar da página e conquistar os Açores durante os próximos quatro anos”, afirmou.

Os deputados do PSD/Açores indicaram, ainda, Costa Pereira para vice-presidente da Assembleia Legislativa dos Açores e Cláudio Lopes para secretário da mesa do parlamento.

Na reunião do grupo parlamentar foi ainda deliberado indicar Pedro Gomes para presidente da comissão política geral e António Pedro Costa para relator da mesma.

PSD quer que câmara da Horta tome “diligências necessárias”

Os vereadores do PSD na câmara da Horta defenderam na semana passada hoje que a autarquia deve tomar as

“diligências necessárias” para salvaguardar o património militar existente no Faial.

A proposta social-democrata, apresentada em reunião de câmara, surge na sequência da inclusão do forte da Guia, carreira de tiro da Horta, quartel do Carmo, paiol geral e posição da Espalamaca, na lista de imóveis militares a alienar pelo ministério da Defesa.

Os vereadores Luís Garcia e Esmeralda Escobar propuseram, igualmente, que a câmara da Horta “equacione e opte, dentro do leque de hipóteses previsto na legislação, pelas melhores soluções que salvaguardem os interesses do município e a necessidade da preservação da nossa memória colectiva”.

Os social-democratas pretendem, ainda, que a autarquia “envolva neste processo o governo regional, sobretudo para a salvaguarda dos imóveis situados em zonas de domínio público”. Esta acção está formalizada na seguinte proposta:

1. Do Anexo ao Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de Novembro, constam o universo de imóveis disponibilizados para rentabilização nos termos previstos na Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, constando, relativamente ao Município da Horta,





o Forte da Guia, a Carreira de tiro da Horta, o Quartel. do Carmo, o Paiol geral e a Posição da Espalamaca.

2. De acordo com o artigo 4º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, os imóveis integrados no Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de Novembro, são submetidos, com respeito, em especial, pelo disposto na Lei Orgânica, ao regime de gestão previsto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto.

3. O artigo 8º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, prevê vários meios de gestão das infra-estruturas militares, desde a alienação até quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir através desta lei.

4. O artigo 6º do mesmo diploma preceitua que a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objecto de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

5. Também, nos termos do n.º 1 do artigo 5º, é exigível despacho dos mesmos membros do Governo, para desafectação dos imóveis integrados no domínio público, para passarem a integrar o domínio privado disponível do Estado, com o objectivo de ser possível as operações de rentabilidade.

6. Nestes termos, não é ainda possível saber em concreto quais as operações de rentabilização dos imóveis que se vão processar.

Em função do exposto e das posições anteriores da Câmara Municipal da Horta no sentido de salvaguardar este património, os Vereadores do PSD propõem que a Câmara Municipal da Horta:

a) Mantenha as diligências necessárias à efectivação desse desiderato;

b) Equacione e opte, dentro do leque de hipóteses previsto na legislação, pelas melhores soluções que salvaguardem os interesses do Município e a necessidade da preservação da nossa memória colectiva;

c) Envolver neste processo o

Governo Regional dos Açores, sobretudo para a salvaguarda dos imóveis situados em zonas de domínio público.

Proposta assinada pelos vereadores do PSDA, Luís Garcia e Esmeralda Escobar

Anúncio da autarquia “não é varinha mágica” para resolver abastecimento de água

O PSD da Ribeira Grande considerou hoje que o recente anúncio da câmara municipal sobre os investimentos no abastecimento de água ao concelho “está longe de constituir a varinha mágica”, pois os problemas persistem.

“Este anúncio, feito com pompa e circunstância, está longe de constituir a varinha mágica deste executivo camarário, quando, ainda por cima, as dificuldades no abastecimento de água

voltaram a acentuar-se nos últimos dois anos na zona poente do concelho, devido à evidente expansão urbana que se verifica em Rabo de Peixe, Calhetas e Pico da Pedra”, salientou a comissão política concelhia.

Em comunicado, os social-democratas da Ribeira Grande lembram, igualmente, que “a quase totalidade das obras em curso no reforço do abastecimento de água às populações está a ser financiada pelo EFTA, mesmo aquelas que não se destinam exclusivamente a Rabo de Peixe”.

“A câmara municipal quer obter os louros exclusivos dos investimentos daquele fundo, realçando a sua imagem com minimização de outros [problemas], através de publicidade que coloca em enormes outdoors, fazendo parecer que é a única interveniente, promotora e financiadora da obra”, sublinharam.

A comissão política concelhia do PSD da Ribeira Grande, presidida por Norberto Gaudêncio, acrescentou que a falta de água “não é um problema exclusivo daquela zona do concelho”.

“Há localidades, nomeadamente a Ribeira Seca, onde são muito frequentes os cortes, havendo semanas em que tal acontece mais do que uma vez, devido ao mau estado das tubagens que não suportam a pressão da água”, afirmaram os social-democratas.

O PSD da Ribeira Grande congratulou-se, ainda, com a realização das obras, mas recordou que “o Plano Geral de Abastecimento de Águas, mandado elaborar há meia dúzia de anos pelo anterior executivo camarário da responsabilidade do PSD, prevê todas as necessidades de investimento no sector das águas no município da Ribeira Grande até ao ano 2030”. – *Gab. Imp. PSDA*





ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Almada, para reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Parecer sobre o candidato a Presidente da Câmara Municipal de Almada, nos termos da alínea f), do n.º 2, ao artigo 50.º dos Estatutos
- 3 – Análise da situação político - partidária
- 4 – Diversos

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 no Auditório Municipal, sito no Palácio do Morgado, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Candidaturas às Eleições Autárquicas de 2009
- 3 - Definição de data para a realização da eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção
- 4 - Outros assuntos

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Boticas, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 na sede concelhia, sita na Rua de Sangunhedo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta, naquele dia, entre as 21H30 e as 24H00.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Carrazeda de Ansiães, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 20H30 no Salão Nobre da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política Concelhia
- 2 – Processo Autárquico

CASTRO VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Castro Verde, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede sita na Rua Morais Sarmiento, n.º 22, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 22H00

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos.

FERREIRA DO ALENTEJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ferreira do Alentejo, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede sita na Rua Conselheiro Júlio de Vilhena, n.º 9, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 22H00

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 15H00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Comissão Política Concelhia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede que estará aberta, (17.12.08), das 21H00 às 24H00.

As urnas estão abertas entre as 15H00 e as 18H00

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H30 na sede, sita no Largo do Toural, 125-1.º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Candidatura à Câmara Municipal de Guimarães – segunda parte da alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º dos Estatutos
- 4 – Outros assuntos

ILHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de secção de Ílhavo, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2008 (sábado), pelas 18:00h, na sede, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção para o biénio 2008-2010
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção para o biénio 2008-2010;

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 18H00h e as 22H00h;

As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na sede na Av. 25 de Abril, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede sita no Largo do Avião Lusitânia, n.º 15, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Ratificação dos candidatos do PSD nas próximas eleições autárquicas. Nomeadamente, a Presidente da Câmara Municipal, a Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, a Presidente da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, a Presidente da Junta

de Freguesia de Barcarena, a Presidente da Junta de Freguesia de Caxias e a Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Peso da Régua, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 na sede concelhia, sita no Ed. Dos Pombinhos, Sala H, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta, naquele dia, entre as 21H30 e as 24H00.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 21H00, na sede, sita na Rua Condes da Folgosa, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política local
- 2 – Estratégia autárquica para 2009

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2008, (segunda-feira) pelas 21H30 na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Av. da Boavista, 4245, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações de carácter geral
- 2 – Análise da situação

RIBEIRA DE PENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Ribeira de Pena, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 no Auditório Municipal, sito na Rua 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:



As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00

SECÇÃO E / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção E - Lisboa, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Apreciação, discussão e votação da proposta da Comissão Política sobre o perfil dos candidatos da Secção às próximas eleições autárquicas.

2 – Análise da situação política

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua M.F.A., 11 em Paiva, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação político - partidária

3 – Dar parecer sobre a candidatura à Câmara Municipal do Seixal, de acordo com o artigo 50º, nº2, alínea f)

SERPA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Serpa, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede sita no Largo do Rossio, 28, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 22H00

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Valpaços, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00 na sede concelhia, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 no Hotel Viana Sol, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação político - partidária

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Vila Real, para reunirem no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00, em todas as sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa de Assembleia Distrital;

Eleição da Comissão Política Distrital;

Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;

Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Nota:

As Listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Distrital até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, encontrando-se a sede aberta, para o efeito, naquele dia, das 21H30 às 24H00

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00.

Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes:

ALIJÓ – sede concelhia – Rua da Costinha, nº 2 E

BOTICAS – sede concelhia – Av. de Sanguinhedo

CHAVES – sede concelhia - Av. Tenente Valadim, Ed. Valadim

MESÃO FRIO – Junta de Freguesia de S. Nicolau, Rua do Mercado

MONDIM DE BASTO – sede concelhia – Largo do Conde de Vila Real

MONTALEGRE – sede concelhia – Praça de França, Ed. Condalton

MURÇA – sede concelhia – Rua Dr. Manuel Morais Fonseca

PESO DA RÉGUA – sede

concelhia – Ed. Dos Pombinhos, sala H

RIBEIRA DE PENA – Auditório Municipal - Rua 25 de Abril

SABROSA – Biblioteca Municipal – Praça do Município

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO – Escola EB 2,3

VALPAÇOS – sede concelhia – Av. 25 de Abril

VILA POUÇA DE AGUIAR – sede concelhia – Rua Prof. Mota Pinto, nº 10

VILA REAL – sede concelhia – Rua da Boavista, nº 11



SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD do Seixal para reunir no próximo dia 21 de Dezembro de 2008, (Domingo) pelas 18h00, na sede concelhia, sita na Rua MFA nº 11 – Fogueteiro com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Secção;

2. Eleição da Mesa de Plenário de Secção.

3. Análise da Situação Política

Notas:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua MFA nº 11 - Fogueteiro, ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia do Seixal, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir;

2 – As urnas estarão abertas das 18.30 horas às 21 horas.

O Presidente da Mesa,

Rui Alexandrino Calção Mendes

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se todos os militantes do Concelho de Paredes, para a assembleia electiva a realizar no próximo dia 20 de Dezembro de 2008, pelas 17h00, na Sede do PSD Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios:

a) – Mesa da Assembleia de Secção.

b) – Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas pelo

período de 2,5H. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede do PSD – Rua 1.º de Dezembro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção
(Mário Camilo Mota)

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Évora, para reunião a realizar no próximo dia 20 de Dezembro de 2008, pelas 16 horas, na Sede do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As candidaturas deverão ser entregues nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede do PSD de Évora até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Évora
(Joel Pedreirinho)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 26 de Dezembro de 2008 (6.ª feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD/Portimão, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 – R/c, com a seguinte ordem trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Portimão.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

A Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Portimão
(Laura Martins Sena)



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade da Beira da Interior – NESDUBI, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2008, pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apresentação de Programa Eleitoral;
- Eleição da Mesa do Plenário e da Direcção do NESDUBI.

Notas:

As listas deverão respeitar os pressupostos enunciados nos Estatutos e Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade da Beira Interior, na Sede do PSD da Covilhã, na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário do NESDUBI
(Paulo Ricardo Enes)

CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Celorico de Basto, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2008, pelas 17 horas, na Sede do PSD/Celorico de Basto, sita na Rua Sede Capitão Sousa e Castro, com a seguinte ordem trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD/Celorico de Basto.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

A Presidente da Mesa do Plenário da JSD/Celorico de Basto
(Filipe Marinho)



ELEIÇÃO DOS SECRETARIADOS DAS SECÇÕES LABORAIS DE BRAGA DOS TSD

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes inscritos nas respectivas secções laborais dos TSD, no Distrito de Braga, para a eleição dos Secretariados de Secção dos TSD-Trabalhadores Social Democratas.

As Assembleias de Secção com carácter electivo terão lugar no dia **20 de Dezembro, entre as 18h00 e as 20h30**, no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Secretariados das Secções Laborais da Administração Pública, Bancários, Energia, Enfermeiros e Professores dos TSD

Para efeitos da votação as urnas estarão abertas das 18H00 às 20H30.

A(s) lista(s) completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, ao cuidado do Secretariado Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 12 de Novembro de 2008
O Secretariado Distrital
Afonso Henrique A Cardoso
(Presidente)

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS TSD À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA DO PPD/PSD

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes inscritos nos TSD, no Distrito de Braga, para a eleição dos 38 Delegados à Assembleia Distrital de Braga do Partido Social Democrata (PPD/PSD).

A eleição terá lugar no dia **20 de Dezembro, entre as 18h00 e as 20h30**, no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Delegados dos TSD
à Assembleia Distrital de Braga do PPD/PSD

Para efeitos da votação, as urnas estarão abertas das 18H00 às 20H30.

A(s) lista(s) completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, ao cuidado do Secretariado Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 12 de Novembro de 2008

O Presidente da Mesa
da Assembleia Distrital

Serafim Figueiral Rebelo

“ Os delegados e Participantes presentes nesta lista, são os que até à data de publicação foram confirmados pela Mesa e pelos Serviços Centrais da JSD, podem existir omissões derivadas de questões processuais”

Delegados de Secção

N Nacional Nome

70838	Adriana Fonseca Nunes	122004	António Pedro Tavares Trigueiros
135963	Adriana Marisa da Silva Cardoso	137997	Artur Miguel Quaresma Pereira Miler
84342	Adriano Filipe Anfilóquio Filipe	76305	Bernardo Maria Pinheiro Torres Corrêa de Barros
114573	Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca	105136	Bruna Cristiana Araújo Ferreira
66597	Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida	95577	Bruno Alexandre Pereira Amaral
93653	Alexandra dos Prazeres Machado Reis	128164	Bruno Alexandre Teixeira da Silveira
132951	Alexandre Branco Gaudêncio	133643	Bruno António Ferreira dos Reis
90457	Alexandre Coelho Resende	114592	Bruno Daniel Monteiro Teixeira
105206	Alexandre José Matias Furtado	115603	Bruno Domingues Rodrigues
110928	Alexandre Manuel Noversa Prata	102798	Bruno Filipe da Piedade Veiga
123603	Alfredo José Guimarães Lopes Correia	103636	Bruno Manuel Pereira Coimbra
160273	Alice José Batista Mendes	157687	Bruno Miguel Amaro Madeira
136126	Álvaro André Alves Miguel e Nóbrega Ascenso	102984	Bruno Miguel da Silva Martinho
95294	Álvaro Edgar Matos Martins	152563	Bruno Miguel de Moura Ferreira
84355	Álvaro Luis de Sousa Almeida	104147	Bruno Miguel Lemos Valente
128600	Amad Marvin Hafez	141889	Bruno Miguel Martins Araújo
132440	Amaro Lopes dos Reis	97171	Bruno Miguel Martins Inácio
160274	Ana Elisabete Laborda Oliveira	113148	Bruno Miguel Meneses Gonçalves
11101741	Ana Isabel Tavares Vieira	69001	Bruno Miguel Páscoa Rodrigues
149146	Ana Luísa Dinis Ramos	56439	Bruno Miguel Pedrosa Ventura
133366	Ana Mafalda Vieira Ralheta	133246	Bruno Ricardo Martins Carvalho
166472	Ana Margarida Balseiro de Sousa Lopes	101016	Bruno Ricardo Moreira Espírito Santo Duarte
75751	Ana Margarida da Costa Teixeira	105137	Carina Isabel Araújo da Silva
151387	Ana Margarida da Silva Antunes Lopes	149945	Carla Patrícia das Neves Lopes Coimbra
111712	Ana Patrícia da Costa Frazão Vieira	120867	Carla Sofia Ferreira Pedrosa
90670	Ana Paula Dias Neves Sançana	124646	Carlos António da Silva Carvalho
109597	Ana Rita Neto dos Reis	76210	Carlos Daniel da Costa Abreu
140815	Ana Rita Simão Rodrigues	30602	Carlos Jorge Picado Vaz Franco
157523	Ana Sofia Chambel Dias	100525	Carlos Manuel Coelho de Brito
139052	Ana Sofia Pires da Silva	154567	Carlos Manuel Schulz Nunes
128973	Anabela Cactano Martins	80581	Carlos Manuel Veloso de Brito
154385	Anacleto de Figueiredo Laranjeira	75692	Carlos Miguel da Costa Saraiva Quintão Caldeira
170568	André Filipe Salgado e Machado	133459	Carlos Miguel Lourenço Apolinário
152448	André Gustavo Teixeira de Magalhães	165646	Carlos Miguel Perestrelo dos Santos Malho Pereira
106968	André Pereira Cardoso Marques	59251	Carlos Nunes Lopes
65788	André Pinheiro de Oliveira	70535	Carlos Pedro Gonçalves Campos da Silva
163857	André Tiago dos Santos Matias de Almeida	163494	Carolina Antunes Nery de Almeida
131422	André Tiago Ferreira Aldeia de Carvalho	139432	Catarina Antunes Félix Castelhana
163397	André Tiago Pardal da Silva	165697	Catarina Isabel Barros Bernardino
93467	Andrea Luísa Neiva Maia da Silva	138855	Cecília de Miranda da Costa Monte
57834	Andreia Catarina Guedes Abrantes	67893	César Manuel Carvalheda Mendes
115904	Andreia Cristina Chaves Barreira	152930	Cláudia Isabel Duarte Torres
153068	Andreia Sofia Pinheiro Marques	130830	Cláudia Isabel Gomes de Jesus
124214	Ângela Maria Gonçalves de Castro	140651	Cláudia Sofia Berto Reimão
64112	António Egrejas Leitão Amaro	62959	Cláudio Batista Vitorino
151297	António Filipe Faria Figueiredo	137436	Cláudio Filipe Sá Rodrigues
111262	António Germano Serra Lopes Leal Pinto	140923	Cristiano da Costa Gonçalves
120797	António Hilário de Matos	132526	Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro
137770	António Joaquim Padez de Castro Corado Alves	99943	Daniel António Andrade Cabral
77136	António José Gouveia Cardoso	162869	Daniel José Dias Fernandes
161179	António Leal Moreira	158997	Daniel Lucas Porfírio
86162	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge	149587	Daniel Maia de Oliveira Pereira
163987	António Manuel Branco Camelo dos Santos	107035	David Joaquim de Oliveira Tavares
131162	António Manuel Gonçalves Felgueiras	82845	David Ricardo Baptista Jesus de Campos
155227	António Manuel Martins Pereira	107403	Davide Manuel Marques Ferreira
150447	António Maria da Cunha Tarouca da Silva Roxo	130474	Desidério Filipe Ferreira de Pinho Teixeira dos Santos
76133	António Miguel Lopes Ventura	153265	Diogo Alves Bizarro Duarte
91523	António Pedro Barros Lira de Carvalho	92125	Diogo Ferreira dos Santos
171620	António Pedro de Melo Vieira Ribeiro de Matos	106154	Diogo Francisco Russo Gomes
		129253	Diogo João Ferreira Valentim
		153023	Diogo José dos Reis Barbosa Marques Leal
		133875	Diogo Miguel Risueno da Cruz Agostinho
		97122	Diogo Simão Gonçalves de Brito Teixeira
		70035	Duarte Filipe Batista de Matos Marques



XX Congresso Nacional

130794	Duarte Filipe da Silva Ribeiro Martins	103521	João Carlos Duque Ferreira
112753	Duarte Maria Campos de Sousa de Calheiros e Menezes	83183	João Dourado Sá Nogueira
65038	Duarte Pascal Freitas Noval	101266	João Eduardo Rosa Miranda Dinis
111802	Dulce Isabel Januário Alves	140094	João Fernando Guedes Madeira Belchior
111648	Edmilson Gilberto Lopes Fernandes dos Santos	77366	João Filipe da Silva Ferreira
109926	Eduardo Nuno Vilarça Pinto Bandeira	49662	João Filipe de Oliveira Marinho Gomes
66813	Élio Domingos da Silva Ferreira	108463	João Filipe Monteiro Marques
92543	Élio José Menezes Pereira	152308	João Filipe Viegas Gomes da Silva
117556	Elisabete Simões Oliveira	112729	João Francisco Ferreira Teixeira Leite
111586	Elmira de Fátima Furtado Soares	103855	João Francisco Martins Papoila Magalhães
102837	Elsa Rodrigues Fernandes Marmelo	162380	João Henrique Mendes Conde
52286	Elsa Susana Cordeiro Ferreira	134186	João Manuel do Rosário Melo Rodrigues
103290	Ernesto de Jesus Lourenço	135738	João Manuel Roque de Oliveira Paulo
79590	Eugénia Isabel Borges de Almeida	146971	João Manuel Vieira Rodrigues
110931	Eva Paula Rodrigues de Sousa	161842	João Miguel Anjinho Coias
90800883	Fabiana Isabel Cruto Ambrósio	112262	João Miguel Moita Ferreira
135028	Fábio André Branco Pereira	122077	João Miguel Saraiva Annes
77684	Fábio Duarte Teles Abreu	75194	João Paulo Cintra Gaspar Costa
129261	Fábio Filipe Martins Guia	131298	João Paulo Cordeiro Meireles
137341	Fernando José Vieira Moreira	141643	João Paulo Ferreira Preto
163300	Filipa Margarida Correia da Silva	109143	João Paulo Moreira dos Reis
135732	Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vitor	96262	João Paulo Peixoto Torres
139132	Filipe Barros Pereira Lopes	162132	João Paulo Rodrigues Machado
157303	Filipe Emanuel da Silva Loureiro	142137	João Paulo Rodrigues de Oliveira
138383	Filipe Joel Guerra da Rocha	131212763	João Pedro da Silva Reis
111267	Filipe Manuel Avelino Rebelo	158416	João Pedro de Freitas Faria
112733	Filipe Manuel dos Santos Pedro	105744	João Pedro dos Santos Martins Pereira Rodrigues
154565	Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes	163785	João Pedro Marquis Garcia Rodrigues
163653	Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano	96603	João Pedro Rodrigues de Sousa
128515	Francisco José Veiga Ribeiro	141517	João Saracho de Almeida
82556	Francisco Manuel da Silva Lourenço	142165	João Tiago Cabrita Louzeiro
137168	Francisco Pedro Coelho Pacheco David Callado	90020	Joaquim António Correia Teixeira
105183	Frederica Lança Coelho Mateus	157691	Joaquim José Correia Bessa
154954	Frederico Almeida Nunes	93886	Joaquim Luis Barbosa da Mota
164254	Frederico da Cruz Lemos e Sousa Saraiva	134535	Joel Filipe Patrão Carneiro
91774	Frederico João Souto Amorim	84099	Jorge Adélio Martins Pereira da Costa
141620	Frederico Sapage Lemos Mira Pereira	160815	Jorge Augusto Farto Faria de Sousa
99414	Germano António da Silveira Araújo	134907	Jorge Augusto Torres Faria de Freitas
142208	Gonçalo José de Castro Ferreira da Silva	138402	Jorge Duarte Azevedo
95104	Gonçalo Manuel Vieira Godinho e Santos	94425	Jorge Eduardo da Silva Gonçalves
155011	Gonçalo Maria Eugénio de Almeida Frias	64657	Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto
133702	Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar	107821	Jorge Filipe Martins Lima
114500	Guilherme Octávio dos Santos Reis Diaz-bérrio	134998	Jorge Guilherme de Brito Saraiva Rodrigues
130726	Helder Jorge Dias Antunes	85343	Jorge Manuel Quintaneiro
62950	Helder José da Fonseca Lopes	152430	Jorge Manuel Cruz Loureiro
154418	Helder Manuel Gouveia Gomes	152624	Jorge Manuel Oliveira Ferreira
80584	Helder Miguel Fonseca de Brito	151481	Jorge Miguel Correia Batista
134773	Helena de Fátima Ferreira Antunes	71878	Jorge Miguel da Rocha Alves
165333	Hélvio Bruno Assunção Mendes	118343	Jorge Miguel Martins Quental
164121	Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo	101236	Jorge Teixeira Clemente
110541	Hugo Alexandre da Silva Maia	151537	José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira
137485	Hugo Alexandre Garcês Ferrão	161348	José António Oliveira de Jesus Pires
109957	Hugo Alexandre Lopes Soares	105463	José Carlos de Sá Menezes
152826	Hugo Filipe Baptista dos Santos	71424	José Domingos Campos da Silva
114533	Hugo Filipe Gonçalves Gomes	128712	José Duarte de Sousa e Rocha
77999	Hugo Filipe Labath Mesquita Rombeiro	154419	José Hernâni Gouveia Gomes
45998	Hugo Filipe Martins Rodrigues	173844	José Luis Fino Pinto Basto
162053	Hugo Miguel Salgado Sampaio	157171	José Manuel Ferreira Sequeira
45981	Hugo Rafael Dias Camões Soares	60486	José Manuel Martins Pereira
117386	Humberto César Martins Gomes	123565	José Manuel Teixeira de Sousa
121116	Inês da Cunha Pinto	149142	José Maurício Vieira
139356	Inês Inglês Cabrita	85894	José Miguel Antunes de Almeida
133768	Irina Alexandra Mendes Martins	140737	José Miguel Filipe Baptista
131292	Isabel Maria de Sousa Pinho	87632	José Miguel Simões Nogueira da Costa e Antunes
159734	Ivo Artur Carvalho Ribeiro	113956	José Paulo Almeida de Magalhães Menitra do Carmo
119161	Ivo Luis Azevedo da Costa Santos	165552	José Pedro Correia Pereira
108850	Ivo Tiago Marques Caracol	86838	José Pedro Mesquita Ferreira Neves
116857	Joana Catarina Barata Reis Lopes	149440	Juan Manuel Pardau de França
119567	Joana Filipa Nunes de Sousa Santos	158073	Kali Simons Cadete Leite
110304912	Joana Pinto Luz	62041	Laura Sofia Dinis da Silva
159146	Joana Sofia Abreu Ramos	135823	Leandra Margarida Prata Cordeiro
11201693	Joana Sofia Sousa Melo	87084	Leandro Cristiano Ferreira Magalhães
88235	João André Moura Salvador	106994	Leandro Manuel Alves Jorge
164274	João Bernardo de Almeida Bacalhau	140176	Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro
130641	João Carlos Azevedo de Correia	70112	Liliana Filipa Rodrigues Batista



XX Congresso Nacional

125805	Liliana Isabel Monteiro Ramos de Melo Maciel	64101	Nuno Eduardo Canoco Almas Rosado Leão
94298	Liliana Salomé Neto de Barros	93860	Nuno Ezequiel Mendes Pais
130822	Lino Jorge de Pina Almeida Monteiro	122079	Nuno Filipe Fernandes Martins
152106	Luis António Correia da Câmara Tavares	142099	Nuno Fonseca Fernandes
47192	Luis António Pereira Pinto	84451	Nuno Gonçalo Franco Lacão
157695	Luis António Pereira Pinto	110305387	Nuno Gonçalo Guerreiro Bastos Leitão
159407	Luis Carlos da Silva Mota	156443	Nuno João Marques Soares Albergaria
93585	Luis Carlos Freitas Cabete	142857	Nuno Miguel de Almeida Matos
136672	Luis Carlos Nunes Seatra	136778	Nuno Miguel Fernandes Dias
129325	Luis Filipe Carneiro Babo	96997	Nuno Miguel Lopes Caetano
130966	Luis Filipe da Silva Lourenço Matias	155813	Nuno Miguel Mendes Firmo
103939	Luis Filipe do Nascimento Teixeira	125889	Nuno Miguel Pereira de Araújo
106085	Luis Filipe Martins Mendes	142749	Nuno Miguel Pinto da Silva
123451	Luis Manuel Ribeiro Martins	158452	Nuno Mouta Valente
137153	Luis Miguel Cabral Rego Pires	116061	Nuno Rafael Olivença Bento
136165	Luis Miguel da Silva Vidal	158600	Nuno Rafael Raimundo Santana
96234	Luis Miguel Lopes Mendes	82229	Octávio José Raposo Andrade
137756	Luis Miguel Lopes dos Inocentes	101945	Orlando Guilherme Ribeiro Pacheco
61116	Luis Miguel Marques Rosa de Almeida e Santos	92750	Otilio Silva Hipólito
122590	Luis Miguel Mesquita Ferreira Neves	87857	Patrícia Isabel de Oliveira Brito Leitão
99716	Luis Miguel Oliveira Martins	141588	Patrícia Sofia Martins Santos
129398	Luis Paulo Oliveira Pimentel Carneiro	161882	Patrick Michel Oliveira Dias
138710	Luísa Maria Mendes Marques Machado	114745	Paula Cristina Ferreira de Oliveira
171627	Mafalda Ascensão Cambeta	137280	Paula Cristina Medeiros Simão
99287	Mafalda Santos Reis	80937	Paulo Ribeiro
90769	Manuel Albino da Silva Oliveira	128653	Paulo Alexandre Correia Teixeira
99903	Manuel António Pina Lopes	91889	Paulo Alexandre Ribeiro Sabino
66973	Manuel Fernando Mesquita Correia	160047	Paulo Alexandre Venâncio Rendeiro
150472	Manuel Francisco Pinheiro Lopes Saramago	59999	Paulo Alexandre Vieira Resende
95348	Manuel Gilberto Pereira São Bento	138994	Paulo André de Carvalho Boavida Garrido
105636	Marcelo Morgado Rodrigues	128130	Paulo Duarte Pimentel Pereira
93611	Márcio José Sol Pereira de Oliveira	54607	Paulo Jorge Antunes da Silva Baptista
97446	Márcio Miguel Monteiro Ribeiro	132842	Paulo Jorge Caetano Lopes
103628	Marco André Almeida Sousa	104291	Paulo Jorge Correia do Espírito Santo
130787	Marco António da Costa Gonçalves	123872	Paulo Jorge Martinho Pinto
112142	Marco Edgar Sousa Escadas	152058	Paulo José de Sousa Nascimento Pinheiro
114709	Marco Filipe dos Santos Lancha	77497	Paulo Miguel dos Santos Dias
59832	Marco Paulo Martins Botelho	101573	Paulo Sérgio Antunes Ferreira
94319	Marco Paulo Rodrigues Sousa	103558	Paulo Sérgio Grinaldi Martins
131664	Maria de Fátima Pacheco da Costa Ferreira	69163	Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos
78500	Maria de Fátima Vieira Gonçalves	81209	Pedro Alexandre Morais dos Santos
112364	Maria do Carmo Teixeira dos Santos	74012	Pedro António Figueiredo Moreira
130209	Maria Inês Rebelo Pinto Palma Ramalho	87116	Pedro António Soares Lopes Guimarães
140150	Maria João Batista Sobreiro	130931	Pedro Daniel dos Santos Pólvora
106376	Maria João Ogando Avelaz Rodrigues Faria	138200	Pedro Filipe Castilho Lança Rei de Margarido
159691	Maria Madalena Figueiredo de Oliveira	115498	Pedro Filipe de Sousa Ferreira
159535	Maria Marcelo Cambezes Marçal Carrega	142243	Pedro Filipe Monteiro Azevedo
97688	Maria Margarida Duffner Pimenta	125567	Pedro Manuel Catarino da Silva
126329	Mariana Ferreira Ribeiro Macedo	81201122	Pedro Marreiros Leite Roma
11201689	Mariana Marques da Fonseca	111865	Pedro Miguel Batista de Matos
100880	Mário Camilo Dias Alves da Mota	129162	Pedro Miguel Bernardo Gonçalves
149105	Mário Jorge Moreiras Baptista	71880	Pedro Miguel da Cruz Araújo
131809	Marta Sofia Almeida Rocha	112369	Pedro Miguel da Cruz Silva de Jesus
115754	Mauro Luis Pinto dos Santos	162056	Pedro Miguel de Carvalho Duarte
114665	Mauro Miguel Laundes Ferreira de Almeida	135987	Pedro Miguel de Freitas Pato Afonso Dias
128211	Michelle Kratzenberg Mendonça Nunes	87067	Pedro Miguel de Pinho Pereira
158194	Miguel Adelino Pereira Peixoto	163170	Pedro Miguel do Nascimento Pina
117649	Miguel Almeida Corte Real Gomes	134761	Pedro Miguel Figueiredo de Almeida
53246	Miguel André Telo de Arriaga	153770	Pedro Miguel Guerra Esteves
153108	Miguel Augusto Inácio Roberto	112898	Pedro Miguel Martins Ribeiro
160044	Miguel Castanheira Santos	101144	Pedro Miguel Moreira Ribeiro
116045	Miguel Delfim Maia Ferreira da Silva	74952	Pedro Miguel Naves Folgado
165337	Miguel Gouveia Pedro	142347	Pedro Miguel Pereira de Figueiredo
90993	Miguel José Soares Ferreira Dias	120956	Pedro Miguel Soares da Silva
54233	Miguel Pedro da Silva Gonçalves Guerreiro	118360	Pedro Ricardo Cravo Viana
86884	Miguel Rui Gouveia Cardoso	74974	Pedro Rodrigues Almeida Matos
89666	Miguel Tavares Augusto	141969	Pedro Soares da Silva Rodrigues Neto
138242	Miguel Tiago Alves Tuna	163495	Rafaela Antunes Nery de Almeida
153953	Nádia Micaela Gomes Coelho	110305376	Ramiro Rodrigues Tavares Simões Baião
137682	Nataniel Mário Alves Araújo	111770	Raquel de Jesus Cabral Melo
105271	Nelson Ernesto Ramires Faria	155426	Renato Alexandre Braz Almeida
103298	Nelson Manuel Lemos de Almeida	70622	Renato Levy Alves Delgado Bruno e Silva
116535	Nídia Paula Mendes Neves	109722	Ricardina da Conceição Alves de Bessa
88759	Noel Ricardo Rodrigues Gonçalves	63669	Ricardo Alexandre da Silva Pinteus



XX Congresso Nacional

82207 Ricardo Alexandre Pereira Rodrigues
112306 Ricardo António Beato de Carvalho
142672 Ricardo Augusto Pereira dos Santos
165008 Ricardo Augusto Querido Crespo
90411 Ricardo Bruno Moreira Azevedo
93592 Ricardo Emanuel Pessoa Marques
109921 Ricardo Fernando da Silva Coelho
137041 Ricardo Filipe Marques Gonçalves
163682 Ricardo Filipe Morgado de Sousa
140575 Ricardo Gonçalves dos Santos Rato
159123 Ricardo Inácio de Castro
61507 Ricardo João Loureiro Soares
128730 Ricardo Jorge Gonçalves Cerqueira
127066 Ricardo Jorge Hilário Madeira
165004 Ricardo Jorge Marques de Almeida Gomes
79365 Ricardo José Bessa Fernandes Pereira
118626 Ricardo Júlio de Jesus Pinho
114687 Ricardo Miguel Araújo Pereira
150150 Ricardo Nuno da Fonseca Cacheira
152388 Rita Isabel Correia Ferreira Cipriano
103091 Rita Susana Mendonça de Barros e Vasconcelos
62388 Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes
84340 Rogério Miguel Rebelo
54408 Rogério Paulo do Nascimento Gonçalves
163185 Ruben David da Silva Pinto
140943 Ruben Tiago Gomes Fonseca
109497 Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira
161834 Rui Augusto Monteiro Leitão
119780 Rui Filipe Vilar Gomes
57351 Rui Jorge de Oliveira Lobo
97592 Rui Jorge Roque Mendes
116182 Rui Manuel Gonçalves da Fonseca
149864 Rui Miguel Fernandes Ferreira
158545 Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques
91008 Rui Pedro dos Santos Gomes Vendas
67033 Rui Pedro Lacueva Pinto dos Santos
126521 Rui Sérgio Fernandes Rodrigues
135757 Rui Sérgio Paulos Badana
140128 Rute Filipe Faustino Soares
103773 Sandro Manuel Martins Freire
74573 Sara Catarina Correia Gonçalves
46273 Sara Luísa Nunes de Sousa Santos
110140 Sara Maria Vidigal Correia
138133 Sérgio André da Silva Ribeiro
117633 Sérgio Manuel Esparrinha Leite
152498 Sérgio Miguel Almeida Dias Cipriano
103734 Sérgio Miguel Pereira dos Santos
86777 Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo
62095 Simão Pedro Azevedo Matos
149130 Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina
158877 Simão Pedro Sousa Mendonça
154381 Simone Gracinda Pereira Marreiros Fernandes
115335 Susana Helena Correia Santos
116776 Tânia Catarina Gomes Pinto de Brito
151499 Tânia de Pinho Pereira Pinto
156400 Tânia Sofia de Matos Morais
136050 Telmo Manuel Soares Ligeiro
91002 Telmo Neves Lopes
170500516 Telmo Rafael Rodrigues Remondes
134674 Teresa Inês de Castro Lopes Quintas
76383 Teresa Luísa Ferreira da Silva
152043 Teresa Margarida Batista Rodrigues
119529 Tiago Alexandre Vaz de Almeida Bento Lopes
111363 Tiago da Silva Sousa
97662 Tiago Daniel Castro da Cruz
118633 Tiago Ferreira da Silva Teixeira de Melo
161548 Tiago João Sousa Meireles
68782 Tiago Manuel Fonseca Correia
102965 Tiago Miguel da Silva Oliveira Soares
121510 Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira
149797 Tiago Miguel Galão Mendonça
119899 Tiago Miguel Gonçalves Duarte
101896 Tiago Miguel Marques dos Santos Escadas
82212 Tiago Patrício Cadima Jorge

141979 Tiago Raul de Almeida Correia
155394 Tiago Vieira Laranjeiro
85054 Valdemar Pinheiro de Oliveira
162391 Vanessa Cláudia Nogueira da Rosa Barata
137134 Vânia Maria Dutra Ladeira
136397 Vera Lúcia Basílio Garcia
126612 Vera Lúcia de Sousa Leite
74518 Vera Lúcia Dias Machado
142488 Victor Eugénio das Neves Carvalho
114706 Vitor Hugo Gonçalves de Sousa
153110 Vitor Hugo Pereira Tomás
52036 Vitor Manuel Marques Barbosa
134283 Vitor Manuel Sampaio Teixeira
166111 Vitor Manuel Silva Teixeira
80670 Vitor Miguel da Costa Sousa

DELEGADOS POR INERÊNCIA

Comissão Política Nacional

71059 António Ascensão da Trindade
110617 Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis
121418 Cláudio Borges Almeida
112720 Elsa Isabel Ferreira Rodrigues
61112 Fernando Miguel Dias da Silva
109381 Francisco Maria Oom Pimenta Peres
90184 Hugo Alexandre Melo de Almeida Miranda
36422 João Carlos Araújo Montenegro
54643 Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz
86616 Luis Pedro de Chatillon da Cruz Alves Nazareth
112911 Miguel Rente de Pina Martins
63733 Paulo Jorge Carvalho Leitão
54068 Pedro Nuno Mazeda Pereira Neto Rodrigues
63787 Ricardo Bastos Sousa
20546 Sandro Cesário Carvalho Mora de Sousa
119248 Vânia Andrea de Castro Jesus

Presidente CPD

62643 Fábio Manuel da Silva Bota
88949 Fernando Luis de Sousa Machado Soares Vales
75748 Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis
142429 Hélder Filipe Sousa Costa
62458 José Henrique da Rocha Arieiro
139016 José Manuel Afonso
88865 José Rafael Coelho Santiago Barbosa Rodrigues
90940 Marco Henriques Claudino
120996 Maria João Esteves Negrão Ramos
37174 Miguel Ângelo Moura Salvado
103860 Paulo Jorge Gomes Pereira
53861 Pedro Freire Aguiar de Campos
105053 Ricardo Manuel Coelho Videira
62852 Vânia Andreia Lopes Neto

Membro Mesa do Congresso

50996 Américo Alexandre Soares da Silva Brito
56142 Daniel Jorge Martins Fangueiro
78393 Luis Miguel Lopes Correia
56708 Paulo Jorge Gomes Marques de Almeida
149484 Sara Martins Marques dos Santos Madruga da Costa

Presidente CP Região Autónoma

125830 John Azevedo Branco
83838 José Francisco Delgado Nunes

PARTICIPANTES

Membro Conselho Nacional

130791	Bruno Miguel Ribeiro Costa
73378	Carla Patrícia Lopes Neto
128722	Filipe Alexandre Brazão de Almeida
55493	João Miguel Miranda Fernandes de Sá
83229	José Manuel Ribeiro Feio Soares de Azevedo
120095	Lívio Rómulo Soares Coelho
140291	Luis Miguel Monteiro da Silva Silva
103523	Luis Ricardo Beato Pereira
140364	Marco António Fernandes Alvares de Freitas
45761	Miguel Angelo Simoes Almeida Mata Soares
87649	Paulo Jorge Bento Páscoa
86221	Paulo Ricardo de Oliveira Martins Enes
94093	Pedro Miguel Gomes Alves
32238	Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas
53943	Renato Alexandre Reis Pereira
71974	Ricardo Cordeiro Henrique Tomás Tomás
93862	Ricardo Emanuel Proença Abreu
105080	Rui Armindo da Costa Freitas
74954	Rui Jorge Gama Cordeiro
90809	Tiago de Melo Sousa Martins Cartaxo
135737	Tiago José Monteiro Gonçalves
154983	Tomás Manoel de Vilhena de Almeida Ribeiro
43670	Vitor Manuel da Costa Pereira
112337	Vitor Manuel Lopes Carrasco Bota Palmilha

Conselho Jurisdição Nacional

21702	António Carlos Vieira Barroso
49604	Bernardo Freitas Oliveira Lemos Azevedo
94945	Duarte Nuno de Lima Bandeira Loureiro
63988	Nuno Miguel Figueiredo Benedito
31102	Pedro Miguel Neves de Sousa
113275	Rúben Miguel Aguiar dos Santos
76502	Vanessa Dias Baptista

Presidente As. Est. Ens.Superior

132423	Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal
132127	João Filipe Teixeira Alves Teixeira
173173	Miguel Ferreira de Sousa Botelho
174918	Pedro André Monteiro Costa

Sec. Geral - Adjunto

69518	Ana Mafalda Marchá Cardoso
102257	Roberto António Ferreira Barbosa

Director Rel. Internacionais

102107	Ana Filipa Janine Simões Martins
--------	----------------------------------